

Poderemos concluir que à Nova Museologia estão adstritas as reflexões sobre o papel social que os museus podem desempenhar, bem como o seu papel pedagógico e a sua nova relação com o público.

3.4 - Museologia Industrial

A salvaguarda do património industrial através da sua musealização, coloca aos responsáveis dos museus diversas questões que, carecem de uma resposta cabal e rápida, sob a ameaça da inércia poder contribuir para a perda desse património. Destaca-se em primeiro lugar o facto do seu acervo ser constituído por colecções, que em muitos dos casos são de grandes dimensões. Daí que, sempre que possível, o ideal seria a sua preservação “*in situ*”.

José Cordeiro aponta diversas questões quanto à mobilidade do acervo arqueológico industrial:

“Os problemas decorrentes da incorporação no museu de objectos de grandes dimensões, como uma grande parte da maquinaria industrial, não se prendem apenas com as dificuldades do seu transporte, armazenamento ou apresentação em eventuais exposições a organizar. Para fazer face às exigências que a incorporação destes artefactos apresentam é também necessário que os museus industriais se dotem de vários requisitos, como laboratórios de conservação diferentes dos que tradicionalmente equipam os museus, a fim de poderem ter a indispensável capacidade de resposta.”

(CORDEIRO, 2002:10)

A par desta problemática, na maior parte dos casos, devido à enorme proporção dos objectos os museus tendem a colocá-los no exterior do museu. Como tal, com o rigor das forças da natureza a actuarem permanentemente sobre eles, os mesmos ganham contornos especiais, sendo necessário aplicar medidas preventivas para a sua preservação. Devido às suas dimensões, a incorporação destes instrumentos numa exposição num museu, reveste-se de uma grande complexidade. Tanto o público visitante como mesmo os próprios técnicos dos museus deparam-se com enormes dificuldades na compreensão da mensagem museológica que se pretende transmitir, sendo difícil de encontrar a melhor forma de o fazer.

Os técnicos dos museus não dominam conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitam propiciar uma comunicação clara e acessível.

Daí que perante um acervo museológico industrial se coloquem determinadas questões ao responsável por uma exposição e que necessitam de decisões adequadas. Na impossibilidade de incorporar na exposição todos as máquinas utilizadas num processo de produção em série, o museólogo deve primeiramente proceder a uma selecção dos equipamentos a utilizar no processo museológico, sem que tal inviabilize uma leitura coerente da comunicação museológica pretendida. Esta selecção não pode na realidade ser encarada de forma leviana. Necessita de uma rigorosa selecção dos objectos a musealizar, tendo sempre presente o pressuposto de que a leitura e compreensão da mensagem museológica é acessível para o público visitante, descurando o rigor científico e técnico de que a exposição carece.

Perante uma grande variedade de instrumentos utilizados na actividade industrial e estando consciente de que a sua preservação na totalidade se apresenta como impossível, há que ter a coragem de proceder à sua selecção, tendo em conta de entre a sua variedade, as mais representativas da realidade industrial em causa.

Como salienta José Cordeiro:

“Se o museu tiver à sua disposição várias peças para incorporar – algumas, eventualmente de grandes dimensões –, mas só tem a possibilidade de aceitar uma ou duas, o critério deverá privilegiar uma combinação entre, por um lado, a sua representatividade, importância e significado histórico e tecnológico e, por outro, a sua forma visual e o seu potencial de compreensão (para o público) sobre o processo industrial em causa”.

(CORDEIRO, 2002:11).

Em todo este processo de selecção, deve ser dada prioridade aos instrumentos que, pela sua capacidade de atrair a atenção do visitante, lhe permita ao mesmo tempo uma leitura e compreensão da mensagem museológica pretendida. Na realidade, o facto da tecnologia industrial tender a desenvolver-se a um ritmo bastante acelerado, proporciona a constituição de um enorme potencial acervo museológico. Como não é possível proceder à recolha e preservação para uma posterior exposição desses mesmos objectos industriais, na maior

parte das vezes de grandes proporções, um das soluções apresentadas é o da sua preservação “*in situ*”, nomeadamente das mais representativas de cada actividade.

É necessário não esquecer que na constituição das colecções industriais se deve proceder à caracterização de todo o acervo através da constituição dos denominados “Dossiers de Documentação”. Por vezes, esta actividade reveste-se de uma grande dificuldade devido ao facto da antiguidade das peças não permitir uma caracterização razoável por parte dos técnicos do museu. Desta forma, torna-se necessário recorrer à ajuda dos operários industriais, por vezes já reformados da sua actividade, para uma compreensão de todo o processo industrial e das funções realizadas por cada peça no processo de produção.

Assim se inicia um processo de integração social dos antigos operários no processo de musealização industrial. Para além de se constituírem como uma fonte de conhecimentos e de interpretação técnico-funcional das tarefas desempenhadas pelos mais diversos instrumentos, o operário, o cidadão anónimo que pela sua experiência laboral sabe melhor do que ninguém como funcionavam as mais diversas máquinas, é também ele portador de todo um conjunto de experiências de vida que não podem, nem deve ser menosprezadas. O antigo trabalhador deve assim ser encarado, em todo o processo museológico, encetado na área industrial, como um dos parceiros da instituição museológica, podendo ajudar a compreender toda a componente social e técnica fabril, destacando o facto de ter sido um dos actores principais no processo industrial.

É necessário não esquecer, num processo museológico de cariz industrial, a identidade cultural, tanto de trabalhadores como dos próprios empresários. Mais do que agentes na cadeia de produção, conhecendo como ninguém a operacionalidade fabril, os operários são fonte de todo um manancial de informação, não só acerca da funcionalidade maquinal, mas também como portadores de uma experiência de vida, de tradições e testemunhos vivos, de vivências do quotidiano

Como refere Varine:

“... Il est indispensable de respecter et de faire respecter un certain nombre de règles, en matière de programmes d'action sur le patrimoine industriel, parmi lesquelles on se bornera à isoler trions principales: Les travailleurs doivent pouvoir s'exprimer sans interprète, en utilisant les moyens de communication les plus appropriés (...)

Les travailleurs sont les mieux qualifiés par l'inventaire et la conservation du patrimoine dans leur secteur de compétence : établir des typologies, restituer des ensembles fonctionnels cohérents, restaurer des états originaux, apporter des éléments nom – matériels (pratiques quotidiennes, «trucs»).

- Les travailleurs peuvent, mieux que d'autres, présenter des témoins matériels ou les traditions relatives à leur vie et à leur culture : réaliser des expositions, les faire visiter, commenter des documents audiovisuels, corriger des textes d'interprétation. »

(VARINE, 1991: 123).

Os trabalhadores, com o conhecimento técnico que possuem, aliado à sua experiência vivencial, devem ser inseridos, e tidos em conta em todos os processos de estudo com vista à musealização do património industrial. Na inventariação dos objectos, pelo conhecimento que têm dos mesmos, podem prestar uma ajuda preciosa. Podem também prestar o seu contributo na selecção dos aspectos a musealizar, dando conta da importância que cada objecto representa, na sua perspectiva, no sistema de produção industrial.

A ser possível, o ideal seria que as máquinas readquirissem a sua funcionalidade. Nesta complicada operação, também os antigos trabalhadores, com o seu conhecimento e experiência, serão indispensáveis, bem como na preservação das mesmas.

Que papéis poderão efectivamente desempenhar os antigos operários no processo de musealização industrial? Em primeiro lugar, devem ser encarados como sujeitos participantes na cadeia de produção, sendo indispensável o seu testemunho, necessário para a compreensão da história local. Devem também ser vistos como objecto de estudo, podendo facultar um conhecimento do quotidiano da vida numa fábrica, sendo encarados numa perspectiva museológica social como parte integrante de todo o processo industrial, porque, para além das máquinas, os homens que nesse espaço labutavam diariamente podem prestar testemunhos muito válidos. Estes mesmos trabalhadores eram também profissionais, daí que os seus conhecimentos quanto á funcionalidade das máquinas podem e devem ser integrados num processo museológico, intervindo activamente no seu estudo, restauração e funcionamento ou mesmo como guias de visitas.

Por fim, o trabalhador pode também ser encarado como um agente cultural, nomeadamente aqueles que, pelas funções que desempenharam a nível laboral, – como por

exemplo os dirigentes sindicais – podem efectivamente contribuir para a dinamização cultural dos operários, seus familiares e amigos, tendo como núcleo difusor o património industrial.

3.5 - Princípios gerais da Museologia Social

A Nova Museologia defende que os museus devem ter uma acção de participação activa, atentos aos problemas que afectam a comunidade de que fazem parte, bem como desenvolvendo actividades que permitam a valorização pessoal e colectiva da população. As pessoas passaram a ser consideradas como parte integrante dos museus. Falamos do museu integral que tem em consideração a totalidade dos problemas da sociedade e do museu enquanto acção, visto como instrumento dinâmico de mudança social.

Pretende-se propiciar as condições para que a população se mobilize, de forma a obter as condições de gestão do seu presente, tendo em vista o desenvolvimento e um futuro melhor. O património e a sua preservação, não são assim encarados como um pesado fardo, cuja manutenção exija elevados esforços financeiros, mas antes como um recurso que pode ser rentabilizado de forma a poder constituir-se numa mais valia das comunidades, podendo ser utilizado tanto no ponto de vista económico como na área da auto – estima e identidade. Como conclui Célia Santos:

“os princípios básicos que norteiam as acções da «Nova Museologia» podem, então, ser resumidos nos seguintes pontos:

- reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;*
- utilização da memória colectiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade;*
- incentivo á apropriação e reapropiação do património, para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura;*
- desenvolvimento de acções museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as colecções;*
- socialização da função de preservação;*
- interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;*

- *acção comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objectivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social.*”

(SANTOS, 2000:18)

Na Nova Museologia dá-se especial enfoque á função social que os museus devem exercer com vista ao desenvolvimento pleno comunitário, encarando o património como um recurso, o museu como um agente que actua com uma comunidade que participe activamente no processo, procurando que a gestão desses museus seja preferencialmente feita por ela própria. Só com a consciencialização da população de que o seu futuro está nas suas mãos, se pode esperar uma participação activa da comunidade na tomada de decisões que vão afectar o seu futuro.

Vivemos num mundo caracterizado pelos avanços tecnológicos, pela facilidade de comunicação e mobilidade de pessoas, bem como pela integração económica, política e cultural. A esta realidade dá-se normalmente a designação de globalização. Com todo este processo de mobilidade, de contacto intercultural, contínuo e diversificado, é normal que se procure que diferentes culturas procurem afinidades, sem perder o essencial da sua diversidade. Assistimos à massificação de hábitos e costumes, tendendo a diversidade a diluir-se na unicidade patrocinada pelas multinacionais que invadem o espaço mundial.

Ora, perante este cenário, verifica-se uma preocupação cada vez mais evidente em preservar o património local em contraposição ao global, tendo em vista a afirmação identitária, o cimentar do sentimento de pertença, combatendo a exclusão social, procurando contribuir para o desenvolvimento sustentado local, em alternativa a um desenvolvimento artificial, periodicamente curto, não sendo socialmente abrangente.

Como os museus encaram o património? Na museologia dita tradicional o património era visto como um legado que os nossos antepassados nos deixaram e que atesta a sua capacidade de realizar, retratando a sua forma de vida. Cabe aos museus recolher, catalogar, restaurar, preservar, investigar e divulgar esse património como forma de dar a conhecer nos dias de hoje a forma de vida do passado. Os museus são assim vistos como uma instituição guardiã dos vestígios do passado, sendo os visitantes encarados como clientes, para os quais se devem desenvolver uma exposição atractiva, bastando que esse mesmo público se limite a contemplar os objectos. É certo que, sob influência das novas ideias museológicas, os grandes museus modificaram algumas das suas práticas, passando a deter um serviço

pedagógico, construção de complementos de bem-estar para o público, como casas de banho, restaurantes e lojas onde se podem vender catálogos e recordações, bem como passando a ter um maior cuidado na preparação das exposições de forma a conseguirem mais facilmente transmitir uma mensagem.

No entanto, tais iniciativas não permitiram que uma outra função, a social fosse cabalmente desenvolvida. É com a museologia social que a instituição museu ganhou uma outra dimensão, passando a poder desempenhar um papel no processo de desenvolvimento comunitário. Não se procura na museologia social a preservação só pela preservação. Trata-se antes de sensibilizar a população para a importância que o património pode ter nas suas vidas. Ao mesmo tempo que diligenciam no sentido de salvaguardar esse seu património, as populações podem também encará-lo como um recurso, utilizado de forma correcta e sem abusos com vista á criação de postos de trabalho e riqueza em zonas caracterizadas pelo atraso económico e pela escassez de outros recursos.

Desta forma a museologia social, em parceria com outras instituições, pode contribuir na criação de condições para que os elementos de uma comunidade se fixem na comunidade onde nasceram, não sentindo a necessidade de terem de se deslocar para os grandes centros urbanos à procura de novas oportunidades no mundo do trabalho. Essa manutenção das populações no seio da sua comunidade reveste-se de uma grande importância. Se formos analisar socialmente as franjas da sociedade que se encontram á beira da marginalidade junto dos grandes centros urbanos, poderemos constatar que se tratam de indivíduos que para aí se deslocaram à procura de emprego que não encontravam na sua comunidade, e com esse deslocamento muitos elementos definidores e identificadores da sua personalidade se perderam. São os laços de parentesco e de vizinhança que se esbatem, o esquecer de hábitos e costumes, bem como do fim do convívio a que estavam habituados que agora se perde e que, perante as novas dificuldades que encontraram, podem contribuir para a perda dos valores de referencia, que por seu lado conduzirão à revolta, à angustia e por vezes às mais variadas formas de marginalidade.

Verificamos então que para evitarmos alguns dos problemas sociais que atingem as zonas urbanas, urge investir no desenvolvimento das zonas mais carenciadas de onde essas populações são oriundas. Resolvem-se dois problemas ao mesmo tempo: fixam-se as populações na sua comunidade, propiciando-lhe condições de bem-estar, ao mesmo tempo que se atenuam os conflitos sociais nas urbes.

A museologia social considera como recurso o património global, de que fazem parte a cultura, tanto material como imaterial, bem como a natureza. Estamos assim perante um património integral. Deveremos então procurar o desenvolvimento comunitário que, tendo como recurso fundamental o património, pode ajudar na fixação das populações, evitando a desertificação humana das zonas mais desfavorecidas, incrementando aí novas formas de vida como por exemplo o turismo cultural, que pode ser visto como uma mais – valia para a revitalização económica e social.

O desenvolvimento local deve ser construído com os cidadãos e para os cidadãos. Pretende-se uma participação efectiva das comunidades em busca do seu próprio desenvolvimento. Trata-se de consciencializar a população sobre a necessidade de serem eles os actores da mudança, de tomarem as decisões sobre o futuro das suas vidas. Exercem desta forma a plena cidadania, encarada como um direito que todos os indivíduos têm (independentemente da raça, crenças religiosas, ideias políticas ou estatuto social) de intervir activamente na vida comunitária, podendo manifestar livremente a sua opinião quanto ao futuro que desejam para si e para os seus. O modelo defendido é o desenvolvimento sustentado, que defende a preservação do património ecológico, social, recreativo e cultural, tido como recursos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, bem como para a criação de estruturas que revitalizem as pequenas localidades. A museologia social pode dar o seu contributo na sensibilização de toda a população para a identidade territorial e cultural, bem como para a necessidade de cooperar e inovar, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida. Não podemos esquecer também a educação para o desenvolvimento, tanto na vertente formal como informal. Este papel do museu, de promoção do desenvolvimento local deve ser desempenhado em parceria com outras instituições, bem como com o poder político, os agentes económicos e os cidadãos.

Não é possível querermos almejar um verdadeiro desenvolvimento de uma comunidade sem que o analfabetismo seja drasticamente diminuído. O Homem antes de ter tem que ser. O ser implica a existência de uma identificação, uma história, uma relação social, um modo de vida e um ambiente. Ao queremos fomentar o desenvolvimento cultural estamos também a contribuir para que na economia se verifique uma melhoria significativa. Só desta forma o desenvolvimento se tornará sustentável e duradouro. O Homem, como ser integrante da natureza tornou-se no principal destruidor dos equilíbrios ecológicos existentes, bem como o responsável pela galopante delapidação dos recursos que a natureza

colocou ao seu dispor. Mais ainda, utiliza esses mesmos recursos de uma forma descuidada, propiciando catástrofes ambientais como as “marés negras” causadas pelos navios que sem o mínimo de condições transportam o petróleo, ou no descuido que faz deflagrar inúmeros incêndios que destroem ecossistemas bem como plantas e animais.

A museologia social, defende a preservação da natureza, a manutenção de uma relação harmoniosa e equilibrada entre o Homem e a Natureza. Ao preservar-se o património cultural, estamos a acautelar um futuro com qualidade da humanidade.

Por outro lado, pode desempenhar um importante papel no processo de integração europeia, quer ao nível da harmonização das relações ente povos com culturas diversas, bem como na construção de uma cidadania europeia, em que o conceito de Homem Europeu se torne uma realidade e factor de unidade. No caso de Portugal que ainda beneficia de fundos comunitários que visam o desenvolvimento do nosso país, também neste sector a museologia social pode desempenhar um importante papel tendo em vista uma cabal aplicação desses apoios em projectos válidos duradouros e frutuoso.

Concluindo, consideramos que os museus, sendo instituições que fazem parte da sociedade em que estão inseridos, não se podem alhear dos problemas e anseios que afligem as populações. Devem antes procurar ajuda-las a ajudarem-se, ou seja potenciar o desenvolver de competências que lhes permitam encarar o futuro com mais optimismo, sendo que a principal base desta relação é o património, sendo essencial a sua preservação e salvaguarda.

4 – Convergência entre a Museologia Social e as Políticas Culturais da União Europeia

4.1 Museus Locais em Portugal

Foi principalmente a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, que no nosso país os museus locais começaram a proliferar em número bastante considerável um pouco por todo o território. A tal facto não foram alheias as mudanças políticas então operadas, passando-se a viver numa democracia, o que permitiu uma maior dinamização local em todos os sectores da sociedade e também ao nível cultural, impulsionada tanto pelas autarquias, que viram então reforçados os seus poderes de decisão, bem como pela maior capacidade de organização evidenciada pelas próprias comunidades.

A par desta alteração política, o aumento do número de museus regionais e locais ficou também a dever-se ao facto de novas ideias museológicas começarem posteriormente a ser implementadas em Portugal. De facto, se os novos museus trilhassem todos o mesmo modelo tradicional de organizar um museu, seriam cópias ou imitações uns dos outros, não apresentando nada de novo. Por outro lado, o modelo dos museus tradicionais é bem patente nos museus nacionais, que ao serem imitados, levariam ao aparecimento de “mini – museus”, nos quais com certeza as populações locais não se iriam rever nem identificar, sendo por demais evidente que o seu interesse se esbateria.

As funções que tradicionalmente eram atribuídas aos museus de recolher, conservar, investigar, expor e divulgar, embora continuem a ser muito válidas e por isso sejam de incentivar, não se devem restringir à prossecução destas actividades. A abertura dos museus locais a uma nova museologia, dita social permitiu alargar o seu potencial de intervenção na melhoria da qualidade de vida da comunidade dessa região.

Os museus locais, como considera Mário Moutinho:

“ São museus que consideram as suas colecções como um meio particularmente eficaz para atingir objectivos que se situam no plano do desenvolvimento do meio onde estão inseridos.

Representando graus de conceptualização diversos, estes museus alargam a sua intervenção em particular às áreas da valorização dos recursos locais, do fomento do emprego e do apoio ao ensino.

As suas colecções reúnem actualmente para lá de objectos em geral oferecidos pelas populações, ou provenientes de escavações arqueológicas, todo um acervo de memória colectiva, de práticas profissionais, de conhecimentos do meio físico

e humano das suas áreas de influência, da capacidade de organização e de mobilização de diversas faixas etárias e sócio – profissionais.

Esta é a verdadeira riqueza que estes museus contêm, riqueza essa sempre em transformação, e em correspondência, com os processos de transformação que abrangem todas as áreas da vida do país.

É nossa convicção que o acervo de um novo museu é composto pelos problemas da comunidade que lhe dá vida.

(MOUTINHO, 1989:46)

Os museus locais podem constituir-se como pólos de investigação da cultura popular, podendo recolher, proteger e divulgar as actividades que outrora caracterizavam o quotidiano das populações camponesas e que hoje, fruto de uma cada vez maior desertificação do interior e do conseqüente abandono da vida agrícola se vão perdendo. Um museu local deve também desenvolver iniciativas de forma a preservar os usos e costumes da região em que está inserido, nomeadamente no domínio das danças; do teatro; jogos tradicionais; feiras; festas e romarias. O apoio prestado a grupos folclóricos, nomeadamente no estudo e conservação dos trajes que são recolhidos, na maior parte das vezes por pessoas interessadas e bem intencionadas mas que não possuem formação adequada para um estudo aprofundado e conservação das peças de vestuário, reveste-se também de uma primordial importância. Pretende – se assim incentivar a preservação da identidade cultural das comunidades, isto numa época de acelerada massificação cultural.

Por outro lado, tenta-se dar a conhecer aos vindouros a forma de vida dos seus antepassados e mesmo aos jovens de hoje que na sua maior parte desconhecem as práticas agrícolas e domésticas, bem como os usos e costumes de outrora. Desta forma pode constituir-se num ponto de encontro geracional, onde os mais novos poderão reencontrar as suas raízes, e os mais velhos reavivar as suas memórias. Pretende-se que seja um elo de ligação dos emigrantes com a sua terra e principalmente dos seus filhos, que por vezes já poucas ou nenhuma recordações têm da terra natal de seus pais.

Ao contrário do que se poderia inicialmente pensar, o facto de se promover a cultura popular, os usos e costumes de um povo, não invalida, bem pelo contrário contribui para que a integração intercultural seja mais facilitada. Pessoas com sólidas raízes culturais, tendem a melhor aceitar os outros que também têm particular interesse pela manutenção da sua cultura

popular. Por outro lado, muitos dos traços da cultura popular são similares em diversos povos.

Os museus, enquanto instituições, ao tornarem-se em agentes ao serviço do desenvolvimento de uma comunidade, podem de facto efectivá-lo através de duas acções: no seu seio ou através de iniciativas culturais viradas para o exterior. Assim, poderemos apontar iniciativas que junto da comunidade podem contribuir para o reforço do sentimento da identidade local. Não se deve com tais medidas promover bairrismos doentios ou a exaltação de um sentimento de superioridade, antes pelo contrário, fomentar um sentimento de pertença contribuindo para que uma população considere o território onde vive como seu, devendo protegê-lo, defendendo o património que os seus antepassados lhes legaram. Este objectivo pode ser alcançado através de diversas iniciativas, que visam essencialmente dar a conhecer uma realidade que tende a ser votada ao esquecimento e que pode muito bem ser um elo de ligação geracional, tais como exposições temáticas locais; estudos da história local; levantamento de problemas urgentes e emergentes, entre outras.

Por outro lado, consideramos que perante a crescente globalização a que assistimos, os laços que outrora uniam os habitantes de uma comunidade se esbatem e tendem a desaparecer. É necessário promover valores comuns que num passado recente eram factores identitários, tais como as solidariedades horizontais e a entreatajuda existentes entre vizinhos. O desenraizamento territorial dos indivíduos é também um factor que em muito tem contribuído negativamente para a falta de afirmação pessoal. O sentimento de pertença, o poder afirmar “esta é a minha terra”, confere uma confiança redobrada, segurança e auto-estima. Da mesma forma, indivíduos provenientes de fora da comunidade, ou mesmo no caso dos sujeitos que possivelmente possam viver na marginalidade ou semi-marginalidade, podem ser ajudados tendo em vista uma integração plena na sociedade, mediante acções culturais que com o convívio e a explicação cabal dos contornos culturais da comunidade a estes indivíduos considerados como “de fora”, lhe confirmam um melhor acolhimento, fomentando-lhes uma maior vontade em se inserirem nela. Para se conseguir uma maior dinamização cultural comunitária tendo em vista o seu desenvolvimento, urge em primeiro lugar promover um ambiente de dinamismo individual. Estes indivíduos, membros de uma comunidade, embuidos do espírito e vontade de contribuir para o desenvolvimento local podem efectivamente tornar-se no embrião desse movimento de melhoria qualitativa. O museu pode também contribuir para a valorização profissional dos elementos de uma

comunidade através do recurso a parcerias com outras entidades na preparação de cursos de qualificação profissional na área da cultura, tanto ao nível das actividades profissionais que tendem a desaparecer, como em áreas em grande expansão ao nível do emprego cultural e que podem posteriormente contribuir para o desenvolvimento local. Ao nível externo, a acção do museu pode passar pela divulgação das potencialidades locais, como por exemplo o turismo cultural, ou valorizando os produtos fruto da produção local, através de feiras e exposições.

4.1.1 - Museus Locais e os Programas de índole cultural da U.E. no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III, possíveis contributos:

Apesar de existir por parte da União Europeia e também de Portugal uma publicitação suficiente sobre a existência de Programas de apoio à prossecução de acções culturais, consideramos que os museus, em particular os locais, poderão desempenhar um importante papel na difusão dos apoios comunitários vocacionados e direccionados para a área cultural. De facto a União Europeia tem-se esforçado para que os programas comunitários cheguem ao conhecimento do maior número de cidadãos e instituições, criando para o efeito campanhas de informação organizadas com estratégias de comunicação bem delineadas, onde são apontados os objectivos que se pretendem atingir, informando a população, procurando envolvê-la no investimento, levando-as a agir. É também bem delineado o público – alvo a atingir, seja a sociedade em geral, a comunidade local ou os órgãos de comunicação social. Para tal recorrem à publicidade feita através da comunicação social, preferencialmente nos órgãos de comunicação local mas também na televisão, rádio, imprensa e outdoors. Esta divulgação pode ser complementada com a realização de lançamentos e inaugurações; divulgação de publicações diversas; organização de conferências; promoção de visitas às instalações e organizando sessões de esclarecimento. Não são de igual modo esquecidas as novas tecnologias, utilizando-se sítios na Internet para a divulgação dos programas.

Todas estas medidas e actividades são muito válidas e importantes, no entanto consideramo-las muito generalistas já que ao procurarmos promover um desenvolvimento sustentável, deve-se incentivar a população local, desconfiada por natureza por tudo o que é

desconhecido e inovador, sendo verdade que mais facilmente aderem às propostas apresentadas nos variados programas da União Europeia se lhes for transmitida confiança por grupos de pessoas pertencentes a grupos multidisciplinares seus conhecidos e que possivelmente poderão estar agregados nos museus locais. Se não se verificar um empenho na dinamização local, todos os pressupostos de desenvolvimento apontados de nada valerão, tornando menos proveitoso o esforço da União Europeia para desenvolver estas regiões. A relação de proximidade dos técnicos e especialistas dos museus locais poderão ser uma garantia de uma maior adesão e aceitação por parte da população que assim pode beneficiar dos apoios destinados ao seu desenvolvimento.

De facto, não basta unicamente dar a conhecer os apoios e esperar que todos quantos o desejem (autarquias, instituições a título particular ou indivíduos) as procurem. Para que a sua implementação seja mais eficaz e mais duradoura, beneficiando com esta realidade a vida cultural em Portugal, é necessário envolver toda a população, sendo necessário para tal sensibilizá-la para a importância que a preservação do património se reveste.

São diversos os programas de apoio comunitário de índole cultural. A sua divulgação é geralmente feita através das instituições oficiais, para esse fim vocacionado. No entanto é necessário implementar um desenvolvimento sustentável também na vertente cultural, inverter tendências e tornar participativas as comunidades locais como actores do seu desenvolvimento. Só desta forma esse mesmo desenvolvimento se poderá tornar duradouro e frutuoso. Para que esta tarefa possa ser mais facilmente exequível, consideramos que os museus locais poderão desempenhar um papel fundamental como elo de ligação entre as instituições do governo de Portugal ou da União Europeia responsáveis pela aprovação destes projectos culturais e a sua implementação local. Não poderemos esquecer a proximidade dos museus locais com a comunidade em que está inserida e do conhecimento do meio de que dispõe. Desta forma, o apoio a estas iniciativas deverá iniciar-se com a sensibilização das populações para a necessidade de preservar o seu património, quer cultural quer natural, alertando-as e tornando-as conscientes de que essa mesma preservação se poderá constituir num factor de desenvolvimento. A protecção do património não implica necessariamente despesas acrescidas, podendo pelo contrário tornar-se em mais um recurso que racionalmente utilizado pode contribuir para o bem-estar das populações. Com estas medidas estaremos a contribuir para a fixação das populações nas suas comunidades,

ajudando a inverter a tendência crescente da desertificação dos meios rurais, ao mesmo tempo que se procura melhorar a sua qualidade de vida.

Ainda referente à divulgação dos apoios Comunitários para o sector da cultura, não poderemos esquecer a forma de ser das pessoas do interior do país, por norma receosas das ideias de pessoas estranhas à sua comunidade, estando mais receptivas a aceitar orientações de quem lhe está mais próximo, neste caso as equipas multidisciplinares dos museus locais. Ao referirmo-nos às equipas multidisciplinares dos museus, estamos também a equacionar o importante contributo que os mesmos, integrando especialistas das mais variadas actividades e sectores, poderão dar na elaboração dos projectos, após a devida sensibilização e divulgação junto das comunidades, bem como após um levantamento das potencialidades e necessidades de intervenção. Ao nível da execução da mesma forma a existência de equipas multidisciplinares que acompanhem o desenrolar dos trabalhos poderão ser encaradas como o garante de que o projecto irá ser mais cabalmente implementado e os resultados previsivelmente mais positivos.

Temos até este momento esgrimido argumentos que fundamentam a ideia de que o património pode ser utilizado como um instrumento ao serviço do desenvolvimento regional ou local, e que os museus locais podem ser um agente activo para se alcançar esse desígnio. Não poderemos no entanto esquecer que o museu é apenas uma instituição, entre outras, que em parceria devem cooperar, para dessa forma potencializarem a riqueza patrimonial ao serviço da sua preservação e do bem-estar das populações. A União Europeia tem apontado o rumo a seguir, no que ao desenvolvimento regional e local diz respeito, que se nos afigura muito semelhante às propostas que a museologia social preconiza.

Assim, entendemos que os museus locais podem e deve efectivamente desenvolver uma acção empreendedora, em parceria com outras instituições como autarquias, associações culturais, ambientais e outros organismos, públicos ou privados, na elaboração e prossecução de projectos de desenvolvimento local, baseados na salvaguarda e potencialização do património de uma comunidade.

As acções de preservação e valorização patrimonial apoiadas pela União Europeia são de diversa índole, abrangendo o património arquitectónico, a envolvente ambiental, o mobiliário; as obras de arte e o património imaterial: os usos e costumes e as tradições locais. São diversos os programas culturais patrocinados pela União Europeia e colocados ao dispor dos seus países membros, tendo em vista a concretização dos objectivos

anteriormente apresentados. Sabemos que no nosso país a capacidade de apresentar projectos, que bem adaptados à nossa realidade local possam contribuir para a salvaguarda do património e que ao mesmo tempo sirvam os interesses do desenvolvimento é um pouco diminuta.

Daí que os museus locais, em parceria e cooperando com todas as instituições, públicas ou privadas, pode contribuir para a apresentação e realização de projectos de índole cultural.

4.2 – Património, Museologia Social e Desenvolvimento Sustentável da União Europeia

Nas zonas rurais pouco desenvolvidas, situadas na sua maioria no interior do país, os museus locais poderão fomentar a participação da população na vida democrática e na tomada de decisões que lhes dizem respeito, contribuindo assim para a consciencialização da comunidade quanto á importância de expressarem a sua opinião. A perspectiva de cariz social que a nova museologia adoptou, de apoio ao desenvolvimento comunitário, ainda hoje não é consensual no meio museológico. Uns opinam que esta função social extravasa as competências e funções que são inerentes à existência da instituição museu; outros defendem que tal facto conduz ao “desperdício” de energias e recursos que de outra forma poderiam ser canalizados para a efectivação das funções ditas tradicionais dos museus. Há também quem aponte a existência de outras instituições mais vocacionadas para este tipo de intervenção social na comunidade, visando o desenvolvimento.

Consideramos que este tipo de pressupostos, obviamente aliados a outros, têm contribuído para que o nosso país apresente um atraso significativo em relação aos demais países europeus. Ou seja, defende-se que cada instituição, mesmo que financiada com dinheiros públicos se deve cingir a um único sector, não dialogando, interagindo, nem cooperando com outros parceiros.

Através da aplicação do conceito de “desenvolvimento integral”, defendido pela museologia social, Portugal pode mais brevemente começar a trilhar os caminhos do progresso que conduzam a uma melhoria na qualidade de vida das populações, do que se optar pela manutenção da existência de instituições de tipo “feudal”, mais preocupadas em

“olhar para o seu umbigo”, do que contribuir de uma forma decisiva para o bem-estar das comunidades e que mais não são do que obstáculos ao desenvolvimento.

Para a museologia social, o património é encarado como um possível instrumento de desenvolvimento, e os museus como seus agentes. Ou seja, para além do imenso interesse que existe na sua preservação, poderemos potencializa-lo com vista à melhoria de vida das populações inseridas nas comunidades abrangidas por um museu. Tal como salienta Fernando João Moreira,

“Contrariamente a muitos casos de desenvolvimento económico em que da libertação de subdesenvolvimento económico se passou para outro subdesenvolvimento, o do consumo como meta, o da miséria humana na abundância das coisas, o Desenvolvimento Integral é um conceito global que se prende com as aspirações das comunidades ou dos grupos de indivíduos.

Sendo assim, e aceitando este edifício como base conceptual, não parece difícil crer que à medida que se alarga o sentido do termo desenvolvimento, mais ideológica que o cenário ideal de vida e de convivência em sociedade é projectado – quanto mais o real tender para esse ideal, logicamente maior será a sensação de desenvolvimento. Aquilo que é desenvolvimento para alguns não quer dizer que o seja para outros, isto é, tal como muitas outras coisas, o Desenvolvimento Integral está longe de ser um conceito neutro. Efectivamente repousa sobre escolhas colectivas do domínio filosófico, social e político. (MOREIRA, 1989:134).

O Desenvolvimento Integral está intimamente relacionado com o desenvolvimento sustentável. Não basta propiciar a criação artificial de um desenvolvimento que pode muito bem ser momentâneo. Exemplos desta índole estão bem patentes no facto de actualmente estarmos a viver em Portugal uma situação de crise, assistindo-se à falência de inúmeras empresas, depois de terem sido subsidiadas, tanto pela União Europeia como pelo governo Português, não tendo investido na qualificação profissional dos seus trabalhadores, nem na modernização tecnológica. Apenas beneficiaram dos apoios referidos e posteriormente, aos primeiros sinais de crise procuram novos países para explorar da mesma forma (neste caso consideramos que as próximas vítimas serão os países da Europa de Leste que acabaram de aderir à União Europeia).

Desta forma, entendemos o desenvolvimento integral como aquele que é preconizado tendo em conta a população de uma região e a satisfação das suas necessidades da mais variada índole: económicas; sociais; culturais e educativas. Só desta forma se conseguirá alcançar um desenvolvimento pleno de uma comunidade, região ou país.

4.2.1 – O Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Os primeiros modelos de desenvolvimento seguiram basicamente uma via económica. Só mais tarde se começou a incluir neste processo uma componente social. O meio ambiente e nomeadamente a sua protecção não eram considerados, procurando-se unicamente aumentar a produtividade, baixando-se os custos de produção, mesmo que tal acarretasse por vezes a deterioração dos recursos naturais e dos ecossistemas. O modelo de desenvolvimento sustentável defende uma planificação integral, devendo existir um desenvolvimento equilibrado, contribuindo para tal as vertentes económicas, sociais, culturais e ambientais.

Os modelos de desenvolvimento adoptados durante anos levaram a que em nome do progresso e da procura de uma certa “quantidade” se tivesse subalternizado a qualidade de vida e o acautelamento da preservação dos recursos indispensáveis para o suprimento das necessidades das gerações futuras. Em nome deste progresso provocou-se a degradação do ambiente a um ritmo galopante. Na procura desenfreada de um crescimento económico a todo o custo, provocaram-se e acentuaram-se desequilíbrios em todo o mundo, passando a existir uma convivência entre a miséria e enormes fortunas, havendo muitos seres humanos a morrer de fome por nada terem e outros que perecem em parte devido à abundância que exageradamente consomem.

Nas últimas décadas, remontando pelo menos à década de setenta, fomos deparando com a existência de graves problemas sócio-ambientais. Tal levou a que fosse feita uma reflexão sobre os modelos de desenvolvimento seguidos até então, chegando-se à conclusão de que era necessário rever as orientações e valores considerados como pontos de referência do processo de desenvolvimento vigente. Este desenvolvimento sustentável visa acima de tudo promover uma cultura em que a paz é um fim primeiro a alcançar e a preservar. Tem em consideração a vertente social, promovendo dessa forma a cultura como uma área potencializadora de emprego e crescimento económico, gerados com o aproveitamento racional dos recursos naturais e culturais, que em conjugação com o

desenvolvimento das capacidades dos recursos humanos se poderão tornar num factor essencial para a prossecução de políticas de desenvolvimento que nos proporcionem um futuro melhor.

Perante um conjunto alargado de problemas, urgia tomar medidas. Daí que os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento se tenham mobilizado no sentido de reverem o modelo de desenvolvimento que tinham seguido até então. Para tal era também necessário rever os valores que norteavam as suas sociedades. Nesta perspectiva foram realizados diversos encontros de que resultou a elaboração de alguns documentos que fundamentalmente procuraram promover a construção de uma nova ordem internacional que apoiasse a qualidade de vida, sendo para tal um factor indispensável a protecção e melhoria do meio ambiente, pugnando também pela manutenção de uma sociedade mais equilibrada, em que a justiça social fosse uma constante. De facto, a comunidade internacional começou a despertar para os problemas que os limites ultrapassados do desenvolvimento estavam a provocar a partir da década de 60, iniciando-se as discussões sobre os riscos que a degradação do meio ambiente poderia acarretar. A ONU, atenta a estas preocupações promoveu em 1972 a Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo. Neste mesmo ano Dennis Meadows em conjunto com pesquisadores do denominado “Clube de Roma” tornaram publico um estudo sobre os “limites do crescimento”, onde foram apontados os perigos que o modelo de desenvolvimento seguido até então poderia acarretar, concluindo-se que o limite do desenvolvimento do nosso planeta seria atingido em cerca de 100 anos, a que se seguiriam um conjunto de catástrofes ambientais e humanas com o esgotamento e degradação dos recursos naturais. Em 1973 com Maurice Strong surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, que basicamente defendia os seguintes princípios de desenvolvimento, a implementar principalmente nas regiões subdesenvolvidas:

- Garantir a satisfação das necessidades básicas da população;
- Manifestar solidariedade para com as gerações futuras;
- Incentivar a participação da população envolvida nesse desenvolvimento;
- Preservar os recursos naturais e do meio ambiente;
- Elaborar um sistema de segurança social que garanta o emprego, a segurança social e o respeito por outras culturas;
- Efectivar os Programas de Educação.

Estes mesmos princípios evoluíram posteriormente para o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) apresentou o documento intitulado “O Nosso Futuro Comum”, que ficaria mais conhecido por “Relatório Brundtland” e que definia desta forma o desenvolvimento sustentável:

“O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”

(COMISSÃO MUNDIAL PARA O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO «COMISSÃO BRUNDTLAND», 1987)

Foi elaborado contando com o contributo de vários governos e instituições, bem como com o apoio de várias pessoas a nível individual, oriundas de diferentes classes sociais que se associaram a este movimento. No desenvolvimento que se preconiza neste documento é evidente a preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida das gerações futuras. Basicamente defende que o modelo de desenvolvimento sustentável é a melhor alternativa ao modelo tradicional que se baseia no desenvolvimento a qualquer custo; no incremento do consumismo, bem como em questões de índole social como o carácter individualista e de desigualdade que passou a caracterizar as relações humanas e sociais, tendo subjacente a consideração de que a natureza é um recurso inesgotável capaz de eliminar todos os excessos poluentes que caracterizam o quotidiano humano e que a breve trecho nos poderão conduzir para um fim trágico.

Como sustenta María del Carmen Quintana Romojaro:

“... para garantizarse la supervivencia los seres racionales, han de dotarse de un sistema de administración de las necesidades (sistema económico) que restrinja el uso de los recursos naturales proporcionalmente a su capacidad de recuperación, y dote a su organización de mecanismos de respuesta (adaptación a los cambios), resistencia (oposición a los ataques) y de resiliencia (vuelta a las condiciones anteriores).

Ello implica la necesidad de planificar el desarrollo con los recursos disponibles, (y principalmente los naturales, no generados por el hombre) y su capacidad de renovación, aplicando el principio de precaución en su

utilización, y en la producción de residuos, y el de prevención de las alteraciones que puedan surgir y sus posibles respuestas. Ello deriva en el nacimiento de nuevos enfoques socioeconómicos con patrones de producción consumo y distribución diferentes a los mantenidos hasta ahora. Enfoques que necesariamente han de ir acompañados de un cambio de mentalidad en el proceso y participando en la dinámica del desarrollo.”

(ROMOJARO, 2002:554 e 555)

Com o Desenvolvimento Sustentável defende-se uma noção de desenvolvimento humanizado, em que as preocupações com as gerações futuras passaram a estar presentes. Advoga-se uma utilização mais racional dos recursos naturais, das tecnologias, de investimentos e das próprias instituições e leis. Foram de igual modo adoptados novos valores, nomeadamente de respeito pela equidade, de igualdade de acesso à justiça e a uma vida digna. É de salientar também o facto da problemática que envolve a questão ambiental se ter tornado global, passando o diálogo entre as nações a ser considerado uma imperiosa necessidade.

Com a Conferência do Rio (ECO-92), Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por “Cimeira da Terra” o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi ampliado, passando a estar receptivo a novas reflexões e considerações, promovendo a integração da Agenda Ambiental com a Agenda Social, considerando que os factores indispensáveis ao desenvolvimento deverão de forma inequívoca ter em consideração tanto o objecto de conservação ambiental como de equidade social. Associa assim a resolução dos problemas ambientais com a tomada de medidas tendentes a acabar com a pobreza e miséria no nosso planeta. Desta Conferência resultaram cinco importantes acordos específicos sobre por exemplo as florestas e o clima, sendo mais relevante o estabelecimento da Agenda 21, um plano de acção com medidas a seguir de forma a alcançar-se um desenvolvimento sustentável. Em 2002 realizou-se em Joanesburgo na África do Sul a Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável onde foi aprovado um plano de implementação para se colocarem em prática as medidas apontadas na Agenda 21 e que encontravam dificuldades em ser implementadas.

Sobre o desenvolvimento sustentável Maria do Rosário Partidário considera que:

“ Dificil de digerir e de se lhe dar forma, o conceito de desenvolvimento sustentado é contudo reconhecido como a grande alternativa de modelo de desenvolvimento para o século XXI. (...) Na sua essência, o desenvolvimento sustentado pressupõe uma alteração profunda dos valores e das valências de desenvolvimento, das prioridades de acção e intervenção e do equacionamento das relações entre comunidades e regiões com índices de desenvolvimento profundamente díspares. A orientação geral reside em princípios conjugados de equidade social, de equilíbrio ambiental, de eficácia económica. ”

(PARTIDÁRIO, 1997:60)

Estão subjacentes ao conceito de “desenvolvimento sustentável” duas importantes noções:

- Uma visão global do desenvolvimento, devendo verificar-se na dimensão económica, social e ambiental, só sendo verdadeiramente sustentável quando se conseguir alcançar um equilíbrio entre todos estes domínios;
- O reconhecimento da obrigação da presente geração para com as gerações futuras de não destruir os recursos económicos, sociais e ambientais, para que elas possam também satisfazer as suas necessidades e terem a possibilidade de poder desfrutar de uma qualidade de vida pelo menos idêntica à nossa, melhor se possível.

“ O desenvolvimento sustentável apoia-se simultaneamente na prosperidade económica e na equidade social e ambiental. A relação entre estes componentes não pode ser encarada como fonte de conflitos, mas antes como um compromisso que traduz e implica novas soluções para a realização da coesão económica e social. No caso português, esta perspectiva permite definir um equilíbrio de efeitos positivos entre as intervenções destinadas a fortalecer a competitividade da economia, com especial realce para aquelas que se fixam como objectivos a melhoria das qualificações da população ou o aumento da eficácia das empresas, e as intervenções dirigidas a promover a qualidade de vida, nomeadamente em matéria de protecção do ambiente e de conservação da natureza e do domínio social (como nos sectores da educação, da cultura e da saúde).

(QCAIII, 2000:14)

O desenvolvimento deverá ser encarado de forma global, abarcando as dimensões económicas, sociais e ambientais. Só procurando alcançar um progresso que proporcione uma relação harmoniosa entre estas três componentes da vida humana é que se poderá de forma cabal almejar uma melhor qualidade de vida. Por outro lado, este conceito de desenvolvimento manifesta uma preocupação com as gerações futuras. Não poderemos permitir-nos ser egoístas ao ponto de aniquilarmos os recursos a que hoje temos acesso, não os utilizando de forma racional, levando a que se esgotem ao mesmo tempo que a qualidade de vida dos seres humanos se vai deteriorando. Efectivamente deveremos procurar um desenvolvimento que nos possa proporcionar uma qualidade de vida melhor, não se podendo correr o risco de o alcançar à custa da deterioração do ambiente nem através de uma conflitualidade social. Procura-se um desenvolvimento social, tentando-se conciliar as actividades e processos de desenvolvimento com valores culturais de forma a conseguir-se responderem às expectativas da sociedade. Procura-se alcançar a equidade social, para a qual é necessário seguir os princípios da distribuição e da justiça, bem como com a preservação ambiental e a conservação dos ecossistemas e do meio ambiente, procedendo-se a uma utilização racional dos recursos naturais. Consideramos que acima de tudo o desenvolvimento sustentável deverá pugnar por um desenvolvimento social e económico equilibrado, sendo uma preocupação constante a distribuição equitativa das riquezas que vão sendo geradas. Só desta forma se conseguirá alcançar uma harmonia social, (essencial para o progresso e bem estar) e evitar os conflitos sociais. Na conjugação das questões ambientais, tecnológicas e económicas com a dimensão cultural e política, só com a nossa participação democrática, sensibilizando toda a população para a necessidade de tomarem decisões sobre o seu futuro e o de todos nós é que poderemos efectivamente alcançar um desenvolvimento duradouro, sustentável e integral.

4. 2.2 - Aplicação Prática do Desenvolvimento Sustentável

O modelo de desenvolvimento que defende a sustentabilidade não pode ser aplicado da mesma forma em todas as regiões. É necessário a formulação de um modelo próprio que melhor se adapte às condições e recursos existentes, e às populações, actores principais nesse processo de desenvolvimento. Deve assentar na promoção e aproveitamento dos recursos que cada região coloca ao seu dispor, não se limitando a importar formas de

desenvolvimento que mesmo que possam ter tido sucesso noutras épocas ou lugares, na maior parte das vezes não são aplicáveis nem se ajustam com sucesso a essa região que se pretende desenvolver porque não têm em consideração as especificidades dos recursos que as caracterizam.

As zonas do interior, porque menos exploradas, mantêm ainda nos dias de hoje recursos ao nível do património cultural e natural com elevado potencial de desenvolvimento económico e social, desde que geridos de uma forma equilibrada e sustentada.

“ Felizmente, aceita-se, hoje, com alguma facilidade que o desenvolvimento não é mera questão aritmética ou contabilística e que, entre os recursos disponíveis para o promover, se incluem elementos tão diversos como o património artístico e arquitectónico herdado, as técnicas produtivas tradicionais (eventualmente recriadas pelas novas tecnologias), a autenticidade da paisagem agro – rural, a qualidade de vida de centros urbanos de pequena e média dimensão – e tantos outros aspectos outrora subvalorizados pelos técnicos desta área.”

(SAMPAIO, 1997:17)

Perspectivando o desenvolvimento de uma região do interior, é necessário antes de mais tentar não cair na tentação de implantar modelos desenvolvimentistas que possivelmente possam ter tido êxito noutra região mas que não nos dão garantias de viabilidade e sucesso. Deve-se respeitar sempre as especificidades de cada região, analisar bem os recursos naturais, culturais e humanos e só posteriormente planear cautelosamente a melhor forma de se atingir o progresso almejado, procurando proporcionar melhor qualidade de vida às populações, sendo para tal de primordial importância a preservação e salvaguarda do património natural e cultural. Trata-se de, ao mesmo tempo que se procura desenvolver, manter também a base identitária da população. As zonas rurais do interior caracterizam-se de uma forma geral por uma elevada taxa de emprego no sector primário, apresentando uma densidade populacional muito baixa; pelas más acessibilidades; pela falta de infra – estruturas básicas e com formas produtivas antiquadas. Todos estes factores conjugados com outras situações de deficiências estruturais levam a que as populações que vivem nestas regiões apresentem sérios problemas económicos.

A planificação deverá ser adaptada a cada local, a cada caso particular. Poderemos no entanto de forma geral apontar a metodologia a seguir:

- Primeiramente devem-se identificar os recursos existentes, determinar as suas potencialidades e possível valorização, ao mesmo tempo que se detectam e enumeram as necessidades existentes. Sabendo com o que podemos contar e os problemas e carências que temos que ultrapassar, mais facilmente poderemos elaborar uma estratégia que nos permita, em sintonia com os agentes do desenvolvimento locais, atingir o objectivo que nos propomos: o desenvolvimento sustentável. Nesta primeira etapa é essencial a informação. Temos de saber em que estado se encontram os diversos recursos de que a comunidade dispõe (naturais; culturais; energéticos; infra-estruturas; financeiros; tecnológicos e humanos). Esta recolha de informação deve ser continuamente actualizada, sendo posteriormente analisada e tratada, devendo chegar a todos os intervenientes no processo de desenvolvimento.
- Caracterizar a envolvente do meio físico, químico e biológico; cultural e socio-económico, elaborando um diagnóstico sobre o grau e a capacidade de desenvolvimento local;
- Conhecidas as potencialidades, os recursos e as necessidades da população, define-se de seguida a estratégia de desenvolvimento a implementar;
- Posteriormente deve-se traçar um Plano Estratégico de que farão parte todos os projectos viáveis, seleccionando-se os mais adequados, estabelecendo-se uma ordem de prioridades. Previamente deverá proceder-se a uma avaliação do impacto ambiental com a execução dos projectos, mantendo-se o seu controlo durante a sua realização;
- Por último, deve-se manter um acompanhamento do projecto durante a sua execução para que sejam seguidos os critérios previamente definidos.

Normalmente, quando nos referimos aos recursos existentes no nosso país, logo se considera que são escassos e pouco relevantes. Não concordamos com esta ideia feita dominante e que consideramos ter uma quota-parte de responsabilidade no significativo atraso que o nosso país apresenta. De facto o que acontece é que existem recursos que, por falta de um racional aproveitamento se desperdiçam sem que as populações beneficiem dessa riqueza existente no nosso país. Destacamos neste nosso estudo três grandes grupos de recursos: Património Natural; Património Cultural e os Recursos Humanos que iremos posteriormente abordar.

4.2.3– O Desenvolvimento Sustentável, única alternativa para a União Europeia

O Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, (EDEC) para um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável do território da União Europeia foi aprovado e adoptado em Maio de 1999 em Potsdam, onde se realizou um Conselho informal de ministros responsáveis pelo ordenamento do território, corolário de um intenso debate que se foi desenvolvendo a partir das décadas de 60-70, tendo constituído o ponto de partida para a elaboração deste projecto o Conselho de Liège de 1993. Teve como principal objectivo a definição dos objectivos políticos e dos princípios gerais de desenvolvimento sustentável do território europeu, no respeito pela sua diversidade.

“ O Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário está em conformidade com o objectivo da União de realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, nomeadamente mediante o reforço da Coesão económica e Social”

(EDEC, 1999:11)

É apresentado um triângulo de objectivos tendo em vista um desenvolvimento sustentável e equilibrado do território, abrangendo a sociedade; a economia e o ambiente. O EDEC procura a interligação entre três objectivos considerados fundamentais para a implementação das políticas comunitárias: a coesão económica e social; a preservação do património natural e cultural e uma competitividade mais equilibrada no território da comunidade. O modelo apontado para que estas políticas mais facilmente sejam coroadas de êxito è o desenvolvimento sustentável. È de realçar a preocupação da União Europeia em tentar aplicar o mais eficazmente possível uma coordenação entre os objectivos do desenvolvimento, do equilíbrio e da conservação, que se propõe alcançar, por forma a não criar desequilíbrios que possam colocar em causa um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Procura-se acima de tudo apresentar um modelo de desenvolvimento sustentável, respeitando a diversidade existente no espaço da União Europeia, promovendo-

se a coesão económica e social; a competitividade económica baseada no conhecimento e a preservação da diversidade dos recursos naturais e culturais.

O património cultural e natural da U.E., rico pela sua diversidade encontra-se ameaçado perante modelos de desenvolvimento descomprometidos com a sua preservação, não se promovendo uma racional utilização dos recursos de que dispõe. Esta diversidade cultural e natural que abundantemente persiste no espaço europeu pode e deve constituir-se num importante factor económico a ter em consideração ao pretender-se implantar um modelo de desenvolvimento sustentado. Ao mesmo tempo que se preserva o património cultural e natural europeu, incentiva-se a fixação das populações, constituindo-se como agentes imprescindíveis neste processo, pois o seu abandono é o primeiro passo que conduz à sua destruição. Levar a que as populações sejam um dos principais agentes na preservação e mesmo reabilitação do seu património, passa em primeiro lugar pela sua sensibilização para esta necessidade de defenderem a herança cultural e natural dos seus antepassados por forma a que a possam transmitir às gerações futuras, no mínimo nas mesmas condições em que as receberam, pugnando sempre através da reabilitação melhorar a sua conservação.

A gestão prudente do património natural e cultural é apontada como um trunfo tendo em vista o desenvolvimento.

“O património cultural da Europa – que engloba desde as paisagens culturais em meio rural aos centros históricos urbanos – é a expressão da identidade europeia e reveste uma importância mundial. Faz também parte integrante do ambiente quotidiano de muitas pessoas e contribui para a sua qualidade de vida. Só uma ínfima parte deste património poderá ser abrangida por medidas de protecção rigorosas, como as que estão previstas para protecção de monumentos e sítios classificados. Na maioria dos casos, só uma abordagem criativa por forma a inverter a tendência para o abandono, a degradação e a destruição que se faz sentir em muitas áreas poderá garantir a transmissão do património cultural, incluindo as realizações contemporâneas, às gerações futuras.”

(EDEC, 1999:33)

O património pode desempenhar um papel de reequilíbrio social e territorial se as manifestações culturais forem reproduzidas por todo o espaço da União Europeia. Tal

desiderato conseguirá realizar-se através do fomento da criação de centros culturais, da requalificação dos espaços públicos e da revitalização dos locais significativos da memória colectiva. É também considerado como um importante factor económico que poderá contribuir para o desenvolvimento regional, podendo os elementos patrimoniais mais raros constituírem-se numa mais valia tendo em vista o desenvolvimento do turismo cultural.

É de igual modo defendida uma gestão criativa das paisagens naturais e do património cultural, realidades que em muito contribuem para a identidade local e regional. Em muitos casos, a degradação das paisagens fica a dever-se ao abandono da exploração agrícola. Ao não se cultivarem nem cuidarem desses terrenos contribui-se para que incêndios devastem e alterem completamente a paisagem e acelerem posteriormente um processo de erosão dos solos. São apontadas como alternativas a este abandono a promoção de métodos de gestão racional das paisagens naturais, do turismo e da reflorestação.

4.3 – Os Recursos Culturais

O património cultural pode constituir-se num recurso de fundamental importância tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentável que, como referimos anteriormente se pretende alcançar. Tal é evidente pelo facto de incluir a população local nesse projecto que visa o progresso, não comprometendo as possibilidades das gerações futuras também poderem satisfazer as suas próprias necessidades. Poderemos então entender o património como o resultado final da relação entre o Homem e o meio, ou seja, da dialéctica entre a comunidade e o desenrolar da acção que desenvolve no território que é seu. A preservação e salvaguarda deste património cultural é no entanto muito oneroso, sendo a sua manutenção cada vez mais difícil. As entidades governamentais não possuem os meios necessários para suportar tais encargos pelo que o património cultural deve por si ser também encarado como um factor de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da economia de um país ou região, ao mesmo tempo que contribui para o financiamento necessário para implementar as medidas imprescindíveis para a sua manutenção e salvaguarda.

Na política de preservação patrimonial poderemos apontar duas vertentes que se revestem de grande importância: a investigação técnico-científica que procura encontrar formas de melhor conservar e ou restaurar o património e por outro lado, funcionando de

forma complementar o aperfeiçoamento das medidas jurídicas que permitam uma legislação e todo um suporte legal que contribua da melhor forma para a sua preservação. Colocados perante esta questão da preservação patrimonial, poderemo-nos interrogar sobre os propósitos que nos impelem a tal. Segundo uma visão tradicionalista do património cultural, a sua preservação é necessária pelo seu valor intrínseco como herança histórica, bens que nos foram legados pelos antepassados. A sua conservação deve assim ser feita independentemente do uso actual que lhe é dada. Como é impossível preservar todo o património cultural, dá-se a primazia aqueles que são considerados de excepcionais. Existe uma segunda visão do património cultural que defendendo a sua monumentalidade, revê no estado o protagonista na acção de preservação necessária. Estes monumentos são encarados como essenciais na promoção da nacionalidade, tornando-se símbolo de coesão nacional, grandeza e passado histórico de uma nação. Dá-se especial relevo à sua monumentalidade e por vezes ao acontecimento histórico que celebra. Uma outra vertente entra na esfera económica. Consideramos que coma valorização patrimonial poderemos daí retirar dividendos económicos, ou pelo contrário considerar esse património como um entrave ao progresso económico. De forma frequente esta preservação economicista está ligada à actividade turística. Por último, existe uma outra perspectiva de abordar esta temática, relacionando a preservação cultural com as necessidades da sociedade que deve participar de forma efectiva nessa actividade. Só com a preservação e empenho de todos se poderá preservar e salvaguardar o património de uma forma duradoura.

De facto são várias as vertentes que podem e devem ser abordadas. Estes propósitos não devem ser considerados de forma isolada, mas antes procurar-se sempre uma visão de conjunto. O valor intrínseco dos bens artísticos e históricos; o seu valor mercantilista; e a sua legitimação simbólica como suporte à exaltação patriótica estão subordinados às necessidades das gerações presentes que deverão ser consciencializadas para a necessidade de promoverem a sua salvaguarda, pensando não só nas gerações presentes mas também nas gerações vindouras.

No domínio do património cultural, uma parte importante é a herança cultural popular. É através do estudo de todos os documentos desse passado recente e do conhecimento da realidade donde são oriundos que se poderá dar a conhecer a forma de vida e de ser dos Portugueses. No entanto temos de estar cientes que estes documentos tendem a desaparecer de uma forma muito acelerada, em virtude das fortes mudanças que a sociedade

portuguesa está a sofrer, urbanizando-se, desertificando o interior e industrializando-se, abandonando a agricultura.

Em 1989, em Paris, organizou-se uma conferência da UNESCO, subordinada ao tema “A salvaguarda da cultura tradicional e popular”. Foi reconhecido o valor que a cultura popular tem e que deve ser exaltada como herança da humanidade. É dada a seguinte definição, bem como a respectiva identificação:

“La cultura tradicional y popular es el conjunto de creaciones que emanan de una comunidad cultural fundadas en la tradición, expresadas por un grupo o por individuos y que reconocidamente responden a las expectativas de la comunidad en cuanto expresión de su identidad cultural y social; las normas y los valores se transmiten oralmente, por imitación o de otras maneras. Sus formas comprenden, entre otras, la lengua, la literatura, la música, la danza, los juegos, la mitología, los ritos, las costumbres, la artesanía, la arquitectura y otras artes. (...) La cultura tradicional y popular, en cuanto expresión cultural, debe ser salvaguardada por y para el grupo (familiar, profesional, nacional, regional, religioso, étnico, etc.) cuya identidad expresa”

(RECOMENDACIÓN SOBRE LA SALVAGUARDA DE LA CULTURA TRADICIONAL Y POPULAR, 1989)

São muitos os aspectos que constituem a herança cultural popular, salientando-se em primeiro lugar o artesanato, feito nos mais diversos materiais, para uso nas mais variadas funções: Os trabalhos em tecelagem, seja em linho, lã ou trapos, a par da mais variada cestaria; olaria; latoaria; tamancaria; carpintaria; rendas e bordados; costura e culinária.

A par desta vastíssima lista relativa ao artesanato, deveremos considerar um outro aspecto da cultura popular que tem a ver com a tradição oral e que tende a desaparecer muito mais depressa. Incluem-se aqui os contos; as lendas; as orações; rezas; medicina tradicional; adivinhas; provérbios; lengalengas; trava-línguas; quadras; cantares de trabalho; cantares de romaria; cantares de desafio; cantares de embalar; cantares de festas periódicas; cantares pelo natal; cantares pelas janeiras; cantares pelos reis, cantares religiosos e cantares de encomendação das almas.

O património cultural intangível é uma fonte essencial de identidade, vinculada profundamente ao passado. No entanto, grande número das suas manifestações correm o

risco de desaparecer, ou já se extinguiram mesmo, como é o caso da música tradicional, danças, festejos, artesanato, certas tradições orais e mesmo algumas línguas regionais. O mesmo tende a ser substituído por uma cultura estandardizada que, mercê das novas técnicas de comunicação e de uma maior facilidade de transportes e mobilidade, tende a proliferar por todo o mundo.

Para muitas populações, prestando-se especial atenção aos grupos minoritários e populações indígenas, o património intangível é encarado como vital no processo de construção e manutenção de identidades. É através desta via oral que valores como a conduta ética, a filosofia de vida, o modo de pensar e todas as manifestações culturais são transmitidas, constituindo-se na fundamentação da vida comunitária.

Consideramos o património cultural como uma mais valia tendo em vista o desenvolvimento económico. Nesta perspectiva consideramos que o turismo cultural se reveste de uma importância primordial. A actividade turística teve o seu início na Inglaterra, nos inícios do século XIX, sendo vista como um período de descanso, alternativo à agitação que se fazia sentir nas grandes cidades. Fazer turismo significava fazer excursões pelo campo ou praia, descansando, recuperando a calma, revigorando o corpo e o espírito, para desta forma melhor poder enfrentar a agitação que pautava o seu quotidiano citadino. Assistiu-se também ao desenvolvimento do turismo naval, havendo grandes navios que cruzavam o Atlântico, em direcção a África e à América.

No entanto, o acesso a esta forma de lazer era restrita a uma pequena franja da sociedade detentora de meios económicos que permitiam esta forma de descanso e diversão. A partir do século XX assistiu-se a uma progressiva massificação deste fenómeno, generalizando-se a um maior número de pessoas, beneficiando da aprovação de leis que permitiram as férias remuneradas que um maior número de pessoas passassem a poder usufruir do desfrute e deleite das viagens. A evolução do número de pessoas que um pouco por todo o mundo vão tendo a possibilidade de conhecer novos países, novas maneiras de ser e tradições culturais diferentes das suas, tem aumentado a par da evolução económica característica do mundo contemporâneo.

Poderemos apontar diversas mudanças ao nível sócio – laboral que permitiram a um cada vez maior número de pessoas o poderem usufruir de um período mais longo de lazer, designado normalmente de férias, bem como do descanso ao fim de semana: o aumento gradual do número de dias de descanso anual, pagos a cada trabalhador, o que permitiu mais

tempo livre disponível para a prática de um turismo cultural, bem como uma situação financeira que o possibilitou; as reformas passaram a ser atribuídas numa idade cada vez mais precoce, o que a par do aumento da esperança média de vida com uma melhor qualidade, permitem que as pessoas passem a ter os meios económicos e o tempo disponível para a procura de actividades de recreio e lazer de cariz cultural; por outro lado verificou-se um gradual aumento salarial, que permitiu um melhoramento do nível de vida da população, havendo uma maior parcela que sobeja depois de satisfeitas as necessidades básicas do agregado familiar e que podem fazer aumentar o consumo de bens e serviços de lazer de índole cultural.

A par destas alterações, vimos aparecer programas que favoreceram a mobilidade de certos grupos teoricamente com menor poder económico, (cartão jovem e de idoso) bem como a facilidade propiciada pela evolução nos diversos meios de transporte que os tornaram mais baratos, rápidos e seguros. Também o aumento da escolaridade está relacionado com o aumento da frequência dos espaços culturais. A partir da década de 60, a noção de património cultural enriqueceu-se, passando a integrar não só os sítios arqueológicos e as paisagens naturais, mas também os antigos edifícios industriais.

O turismo cultural pode desempenhar um importante papel económico, ao diversificar as ofertas aos potenciais visitantes, desenvolvendo-se e tornando-se um sector a ter em conta nos meios económicos.

“La Organización Mundial del Trabajo define el turismo cultural como la posibilidad que las personas tienen de adentrarse en la «historia natural, el patrimonio humano y cultural, las artes y la filosofía, y las instituciones de otros países o regiones. Y la consultora Lord, de Estados Unidos, basando-se en la OMT, precisa aún más su idea de heritage turism (turismo del patrimonio) al asociarlo con las «visitas de personas no pertenecientes a la comunidad anfitriona, motivadas total o parcialmente por el interés en el patrimonio cultural que ofrece una comunidad, región, grupo o institución». Calidad, oferta personalizada y componente cultural son las características de este tipo de viajes, apostando por un turismo activo que no se limita a una determinada estación, sino que está abierto a cualquier momento disponible y procura deleitarse con la contemplación de los museos y monumentos, así como con el contacto con las gentes y sus tradiciones.” (HERNÁNDEZ, 2002:376 e 377)

Assim, podemos afirmar que existem todas as condições para que o turismo cultural se constitua numa boa alternativa ao tradicional turismo de praia e sol. Aliás é essa a tendência que se vem acentuando nos países mais desenvolvidos, procurando os seus habitantes o sossego, a paz de espírito que conseguem alcançar nos locais mais recônditos, junto a monumentos referencia do passado, combatendo o “stress” e agitação do seu dia a dia.

Numa perspectiva de desenvolvimento, tanto individual como comunitário, não se justifica, em nosso entender, que alguns preconceitos impeçam que o património cultural seja também ele uma fonte de rendimento económico para a população que sempre com ele conviveu, aprendendo a respeitá-lo como seu e a conservá-lo contra agressões externas. No entanto, há que salvaguardar a preservação do património cultural de possíveis abusos de empresários sem escrúpulos que, na procura desmesurada dos lucros a qualquer custo, poderão levar à destruição daquilo que no início dos seus projectos turísticos consideraram a base do empreendimento – o património cultural local.

Devemos efectivamente estar atentos e procurar um desenvolvimento turístico harmonioso e em sintonia com o desenvolvimento integral de toda a comunidade que, a não existir, poderá criar uma ilusão de falso desenvolvimento. Não se pode por exemplo pensar em desenvolver um projecto turístico numa zona onde não exista abastecimento de água, rede de esgotos, recolha e tratamento de lixos, sistemas de telecomunicações eficazes e boas estruturas viárias. Daí que por esta forma pode também uma comunidade beneficiar com a implementação do turismo cultural, passando a usufruir de infra-estruturas básicas.

Não se pode no entanto cair na tentação de em nome do lucro máximo procurar atrair o maior número de turistas, pois o seu número poderá ultrapassar o aconselhável, criando desequilíbrios a nível ambiental e a consequente destruição do património construído. De facto, se o número de visitantes atingir um ponto de saturação, tal poderá dar origem à deterioração ambiental, fazendo declinar o potencial turístico ao mesmo tempo que acarretará uma perturbação crescente das comunidades locais e do seu estilo de vida. A este tipo de turismo poderá dar-se o nome de sustentável, porque tenta conciliar os objectivos económicos e o desenvolvimento turístico com o legado de valores histórico – culturais e ecológicos para as gerações futuras.

Actualmente, o turismo representa uma das mais importantes actividades económicas mundiais. Dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental são provenientes cerca de

75% dos turistas a nível mundial. A tal facto não poderemos dissociar o maior poder económico destas pessoas.

Na Europa, a mobilidade entre os diversos países é também muito significativa, em parte devido à grande variedade da riqueza cultural e natural que caracteriza o seu espaço. Viajar tornou-se sinónimo de contacto entre culturas diversificadas, proporcionando troca de experiências e de conhecimentos. O turismo pode contribuir para que através de um intercâmbio cultural, se consiga construir uma sociedade mais igualitária e democrática. A resposta à globalização que caracteriza o mundo de hoje, pode efectivamente passar pela promoção do turismo cultural que permite dar a conhecer formas diferentes de encarar a vida, promovendo-se a tolerância e a solidariedade social.

Um dos grandes problemas que actualmente afecta os países da União Europeia prende-se com a enorme taxa de desemprego, problema que afecta a sociedade originando focos de tensões, contribuindo para a deterioração das relações sociais, abalando o bem estar individual e colectivo, agravando conflitos, propiciando o aumentar de preconceitos, o que por sua vez ajudará a proliferar fenómenos de racismo, xenofobia e exaltação de nacionalismo exacerbados.

Promovendo a salvaguarda e a preservação do património, recurso necessário ao turismo cultural, também se podem criar alguns postos de trabalho, tanto de forma directa como indirecta. Não nos podemos esquecer que as grandes potencialidades deste tipo de turismo se situam principalmente em zonas do interior, onde a globalização cultural é mais ténue, o genuíno ainda subsiste e a desertificação humana é uma realidade, (assistindo-se à fuga das suas populações mais jovens para o litoral e grandes centros urbanos) podendo desta forma ser estancada com a criação de condições de empregabilidade, indispensável para a promoção da fixação da população na sua comunidade.

4.4 – Os Recursos Naturais

O homem desde sempre viveu em íntima comunhão com a natureza de que também é parte integrante. Nos primeiros tempos, limitou-se a recolher da natureza os alimentos de que necessitava não alterando desta forma os ecossistemas existentes. Mesmo com a passagem da condição de nómada a sedentário dando início à prática da agricultura, o homem em pouco afectava ou feria o ambiente.

Foi com a revolução agrícola, passando a utilizar máquinas cada vez com maior capacidade de modificar a paisagem, com uma acção humana cada vez mais interventiva, que o relevo começou a ser alterado, que cursos de água foram desviados, enfim, que o homem deixou de viver em plena harmonia com a natureza, procurando de uma forma incessante o aumento da produção não olhando por vezes a meios (a maior parte das vezes nefastos para o ambiente) para atingir os seus fins, lucros cada vez maiores.

Foi a partir de 1950 que de uma forma mais sistemática e consistente se começou a reflectir sobre os problemas que afectavam o nosso planeta. Nesta época detectaram-se alterações na atmosfera, verificando-se aí um aumento acentuado de dióxido de carbono, atribuído à poluição proveniente da crescente industrialização, verificada principalmente nos países mais desenvolvidos. Na década de 60 assistimos aos primeiros desastres ecológicos, sendo que, grandes petroleiros sofreram acidentes, provocando enormes “marés negras” que destruíram inúmeros ecossistemas. Em 1972 e perante a crescente preocupação mundial no que ao problema da poluição dizia respeito, realizou-se em Estocolmo uma reunião patrocinada pelas Nações Unidas, subordinada ao tema do ambiente. Foi a partir desta data que se instituiu o dia do ambiente.

A museologia também não poderia ficar indiferente a toda esta problemática e, em 1973, o Conselho Internacional dos Museus promoveu um colóquio onde foi discutida a relação do ambiente com a museologia. Esta temática ambiental não tinha merecido pela maior parte dos museólogos a devida atenção, não sendo tratada como fazendo parte do âmbito da sua acção. A museologia do ambiente coloca os museus perante novas situações, sentindo-se a necessidade de reformular a sua acção de forma a abranger não só o património dito cultural, mas também o património natural. Para tal, foi necessário repensar os seus objectivos, as suas funções perante o meio no qual um museu está inserido e a forma mais eficaz de contribuir para a preservação patrimonial.

Passou-se a preservar o património “*in sítio*”, dando especial atenção á paisagem envolvente, elemento contextualizador da relação homem – meio, considerando que só com esse todo se poderia compreender o património legado pelos nossos antepassados. É também de considerar a crescente preocupação que as questões ambientais têm levantado na opinião pública, fazendo igualmente parte dos discursos dos políticos. Na maior parte das vezes, esses mesmos discursos não passam disso mesmo, inconsequentes e que nada resolvem de forma concreta.

Por outro lado, as inúmeras Associações de defesa do Ambiente, que um pouco por toda a parte vão proliferando, embora desempenhem um importante papel na sensibilização da população para as questões ambientais, por vezes esquecem-se de todos aqueles que no seu quotidiano convivem com a natureza, dependendo dela para sobreviver e que, se as medidas por si preconizadas fossem cumpridas no limite levariam á ruína económica dessas populações.

A museologia poderá por diversas formas contribuir para a preservação e salvaguarda do património natural. Consideramos que, ao desejar-se um desenvolvimento integral e integrador, a museologia deve também debruçar-se sobre esta faceta da realidade humana. Em nosso entender, quem melhor pode defender a natureza é quem com ela trabalha, e com ela tem uma relação milenar. Os agricultores podem e devem ser os primeiros vigilantes defensores da natureza. Necessitam, é certo, de serem devidamente consciencializados para os perigos das mudanças introduzidas com as transformações tecnológicas e científicas usuais na agricultura actual. O uso de pesticidas, herbicidas e demais tóxicos, que destroem animais, plantas e ciclos alimentares existentes nos ecossistemas, devem ser reduzidos ao mínimo, sendo mesmo aconselhável a sua superação, procurando assim produzir uma agricultura dita biológica, que utilize unicamente fertilizantes naturais.

“ A preservação do enorme património cultural que encerra o mundo rural, só é possível se houver continuidade do trabalho do camponês. Isto não significa imobilismo ou atraso. Antes exige medidas urgentes que passam pela revitalização da economia no mundo rural e melhores condições de vida e pela procura de tecnologias adequadas e alternativas complementares à actividade agrícola.”

(MOREIRA, 1996:31)

Em Portugal, com as sucessivas indefinições referentes à Política Agrícola Comum, os agricultores viram-se numa posição em que praticamente recebem compensações financeiras para não produzir, tornando-se “subsídio – dependentes”. Alteraram a forma tradicional de cultivar os seus produtos agrícolas, baseada numa agricultura milenar que não interferia nos ecossistemas, antes pelo contrário fazia parte deles, passando a tentar produzir de uma forma moderna com o recurso a novas tecnologias e inovações. No entanto, não

conseguem competir com os seus congéneres europeus, mais bem apetrechados para responderem às necessidades do mercado.

Actualmente, perante os receios devidamente fundados quanto à qualidade dos alimentos produzidos quer de origem animal, quer vegetal, surgem novas hipóteses para os agricultores portugueses. A produção agrícola, livre de produtos tóxicos, de aditivos hormonais, nocivos para a saúde dos consumidores, poderá tornar-se rentável para os agricultores, ao mesmo tempo que aumentam a oferta de alimentos saudáveis.

A museologia, em parceria com instituições como as Associações de agricultores; de consumidores; cooperativas agrícolas; autarquias e outras, pode desempenhar um importante papel na consciencialização das comunidades rurais para a importância do incremento destas “novas práticas agrícolas”, que mais não são do que o retomar uma agricultura abandonada a algumas dezenas de anos.

A par da agricultura biológica, outras potencialidades podem e devem ser apoiadas, como a produção florestal adequada, que permita, preventivamente evitar incêndios e, no caso de os mesmos deflagrarem, um combate mais eficaz. Desta forma se aumentariam os rendimentos das populações do interior, contribuindo-se para um desenvolvimento sustentado, que não se desmorone aos primeiros sinais de crise, inculcando nas populações a ideia de que necessitam de manter uma identidade própria bem vincada, com uma atitude crítica na defesa do seu património, quer cultural, quer natural, ao mesmo tempo que a sua qualidade de vida pode ser significativamente melhorada.

O desenvolvimento preconizado por empresários sem escrúpulos, que não olhavam a meios para atingir os seus fins (o máximo lucro), era defendido tendo em conta o pressuposto de que era essencial para um país a procura de patamares cada vez mais elevados do crescimento económico de um país. Mais recentemente, começaram a despontar crítica a este modelo de desenvolvimento, reflectindo-se sobre os malefícios de um desenvolvimento que não preserva o ambiente e o equilíbrio ecológico, surgindo desta forma o conceito de ecodesenvolvimento. Esta nova estratégia de desenvolvimento centra a sua atenção na satisfação das necessidades das populações, não esquecendo de adaptar as novas tecnologias aos ecossistemas existente, ao contrário do que até aqui foi sendo defendido pela ideia de um desenvolvimento a qualquer preço. Procuram da mesma forma um desenvolvimento integrado em que se procura eliminar o mais possível os desperdícios, ao mesmo tempo que se valoriza ao máximo os recursos existentes, tendo sempre subjacente

uma relação positiva com a natureza, protegendo-a e preservando-a de agressões nefastas, desnecessárias e evitáveis.

Procura-se desta forma alcançar um desenvolvimento sustentado, que pode ser encarado em três vertentes: a manutenção do equilíbrio ecológico; o preservar da equidade social, bem como potenciar o desenvolvimento económico. Só com a conjugação desta áreas, que tradicionalmente eram consideradas incompatíveis, se conseguirá atingir um desenvolvimento equilibrado, sustentado que permita alcançar a justiça social, logo a manutenção de uma sociedade estável que possibilite um desenvolvimento económico, gerador de bem estar e melhor qualidade de vida das populações, em saudável convívio com a mãe natureza.

Tem crescido na Europa uma nova procura a nível turístico. Os turistas pretendem aproximar-se das tradições, dos modos de vida mais sossegados, dos contactos com a natureza que contrastem com a agitada forma de vida que caracteriza o seu quotidiano citadino, podendo dar resposta a esta procura o denominado Turismo Rural, possível em zonas essencialmente agrícolas, de criação de gado ou de produção florestal. O apoio que se tem verificado a esta alternativa turística tem como principal finalidade facilitar o desenvolvimento sustentável das populações que vivam nessas regiões. Desta forma pretende-se: aumentar os rendimentos das populações; apoiar a fixação da população, minimizando a “desertificação humana” que se verifica principalmente em zonas rurais do interior e há muito esquecidas pelo poder central, carenciadas de infra-estruturas básicas que lhes permitam uma melhor qualidade de vida essencial à sua fixação e permanência. Pretende-se desta forma dinamizar a economia local, aumentando os sectores de produção e as fontes de rendimento.

Pretende-se alcançar um crescimento económico de regiões que apresentem um deficiente desenvolvimento, ao mesmo tempo que se procuram preservar as zonas naturais, protegendo-se o meio ambiente, apresentando como pilares base do desenvolvimento da União Europeia a valorização dessas regiões, apoiando a criação de pequenas e médias empresas que protejam e salvaguardem a natureza, a cultura e as tradições populares, contribuindo para criar condições de fixação populacional nestas zonas rurais. Com esta diversificação de potencialidades de receitas afiguram-se-nos algumas vantagens como o desenvolvimento económico, potencializado pela criação de empregos; manutenção das tradições culturais; reabilitação e valorização do património cultural; a formação da

população; a incorporação da mulher no mercado do trabalho; a preservação das actividades tradicionais; conservação da natureza e do meio ambiente, construção de infra-estruturas indispensáveis ao bem estar das populações locais, sendo que todos estes objectivos poderão diversificar e aumentar os seus rendimentos, tornando-as menos dependentes das poucas receitas geradas directamente pela transacção dos seus produtos agrícolas.

4.5 - Os Recursos Humanos

Pretendendo-se fomentar no espaço comunitário um desenvolvimento sustentável, para além dos recursos que a natureza e a cultura nos podem proporcionar é também de primordial importância a valorização dos recursos humanos que existem nas comunidades, devendo ser encarados como agentes essenciais do desenvolvimento local. No entanto a situação da qualificação profissional em Portugal é caracterizada por carências e défices:

“A situação do país, em matéria de recursos humanos, pode resumir-se da seguinte forma:

- *Existem importantes défices na estrutura de qualificações e habilitações da população activa e, em particular, da população empregada;*
- *Persistem importantes dificuldades de inserção dos jovens na vida activa, que resultam de desajustamentos qualitativos entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho;*
- *Apesar das elevadas taxas de emprego e o baixo nível de desemprego, este ultimo apresenta características particulares que denotam uma significativa fragilidade social (especialmente em virtude do peso importante do desemprego de longa duração) e se articulam com a existência de problemas graves de pobreza e exclusão social,*
- *Notam-se insuficiências marcadas em matéria de formação avançada, especialmente no domínio da investigação e desenvolvimento, com consequentes dificuldades de inserção nas empresas da função inovação e provocando atrasos importantes a nível da sociedade de informação;*
- *Persistem importantes situações de desigualdade entre mulheres e homens, tanto a nível das remunerações como da progressão profissional,*

- *Verificam-se consideráveis assimetrias territoriais, expressas, nomeadamente, em diferentes dinamismos dos mercados de trabalho regionais.*”
(QCA III, 2000:20)

As lacunas verificáveis em Portugal ao nível da qualificação e valorização dos recursos humanos traduzem-se na baixa qualificação da população activa, registando-se de igual modo uma grande dificuldade de inserção dos jovens no mundo do trabalho, sendo patente uma desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego.

No âmbito do QCA III e referente aos recursos humanos são indicados os três seguintes domínios de intervenção:

- Valorização do potencial humano;
- Apoio à actividade produtiva,
- Estruturação do território.

A valorização dos recursos humanos é uma prioridade tendo em vista o aumento da produtividade, essencial para o desenvolvimento, para o qual contribuem a educação e a formação profissional. Uma das prioridades que o QCA III estabelece é “Elevar o Nível de Qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social” através de medidas como:

- Incentivo à procura de novas qualificações por parte dos activos, reforçando-se os percursos individuais, conjugando-se as qualificações escolares com as profissionais;
- Reforço da diversificação escolar, procurando-se proporcionar uma certificação escolar e profissional, apostando-se claramente na formação no contexto de trabalho;
- Reforço no investimento na reinserção social e profissional através do apoio à qualificação e à adequação ao contexto de trabalho;
- Reforço da cultura como factor de desenvolvimento e emprego.

Procura-se alcançar uma valorização qualitativa dos recursos humanos dos portugueses, pretendendo-se alcançar uma maior eficácia do sistema de ensino a todos os níveis, reforçando-se o investimento na formação ao longo da vida. Visa-se essencialmente criar condições que possibilitem a consolidação de uma sociedade do conhecimento, sendo essencial para tal a qualificação das pessoas.

5 – O Quadro Comunitário de Apoio III e a Cultura

5.1 – O Programa Operacional da Cultura

O Programa Operacional da Cultura (POC) foi aprovado pela Comissão Europeia a 27 de Julho de 2000, criado no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III) e enquadrado no Eixo 1 do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para Portugal e para o período de 2000 a 2006. Articula-se com as grandes orientações da União Europeia inseridas tanto no plano cultural como a nível global e que preconizam a promoção de um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável, enquadrado na tentativa de apresentar respostas a cinco desafios que se colocam à União Europeia, podendo o sector cultural prestar nestas áreas um precioso contributo, nomeadamente no que diz respeito à aceleração da construção europeia; à mundialização, à sociedade de informação; o emprego e a coesão social.

O sector cultural passou a estar contemplado com um Programa Operacional autónomo, assumindo-se a política cultural como um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento integral do nosso país. No entanto o sector cultural, pelo seu carácter transversal não deve ser encarado de forma isolada, devendo o POC ser complementado por outras acções. Trata-se do primeiro programa para o sector cultural a ter autonomia de intervenção enquadrado na estratégia da União Europeia de um desenvolvimento global e regional ao serviço da promoção da convergência económica e do reforço da coesão social. O sector cultural pela sua complexidade e diversidade não fica no entanto limitado às acções desenvolvidas no âmbito deste programa, articulando-se e complementando-se com outros programas como o:

- Programa Operacional da Economia apoiando empresas que desenvolvem a sua actividade no sector cultural;
- Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, apoiando o desenvolvimento de programas de formação, qualificação e requalificação de recursos humanos nas áreas públicas, privadas e sociais do sector cultural;
- Programa Operacional da Ciência e da Tecnológica e o Programa Operacional de Informação apoiando o desenvolvimento de projectos que articulando iniciativas que utilizem a difusão científica e tecnológica, utilizando as novas tecnologias da informação e de comunicação no sector cultural que contribuam para um melhor

acesso do público à cultura, para a conservação, restauro e dinamização do património histórico e cultural.

Constituem-se como objectivos essenciais do POC:

- Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego;
- Promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura.

Os eixos estratégicos do POC apresentados tendo em vista alcançar os objectivos anteriormente referenciados são:

- “Valorizar o património histórico e cultural”, pretendendo-se reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de criação de emprego. Destaca-se o valioso contributo que esta estratégia poderá vir a proporcionar no que à oferta do turismo cultural diz respeito:

“i) por um lado, preserva-se a herança histórica, não permitindo a degradação de algo que é único e insubstituível;

ii) por outro lado, cria-se riqueza e emprego em toda a cadeia de valor circundante ao turismo cultural (hotelaria, restauração, animação, agências de viagens e meios de transportes, publicidade, renovação urbana, conservação e restauro de obras de arte e monumentos, organização de espectáculos, exposições etc.);

iii) além disso, como o turismo é cada vez mais especializado e os turistas mais exigentes, é natural que os fluxos turísticos associados aos eventos culturais de âmbito internacional procurem espaços interessantes e diferentes, pelo que as regiões ricas em património podem ser um pólo de atracção destes acontecimentos, que importa promover.”

(POC, 2000:21)

Está inserida neste eixo estratégico a medida que visa a recuperação e animação de sítios históricos e culturais, apoiando a recuperação e a valorização de monumentos históricos e arqueológicos. Está também contemplada a edição de publicações e o apoio à digitalização de conteúdos referentes ao património e a promoção de acontecimentos culturais ligados à valorização e animação do património bem como de grandes eventos culturais de nível internacional.

Através da segunda medida, “Modernização e dinamização dos Museus Nacionais” pretendeu-se prestar um maior apoio:

- À construção, recuperação ou valorização dos museus;
- Apoiar oficinas de conservação e restauro nos museus;
- Desenvolvimento dos serviços dos museus (bibliotecas, mediatecas, arquivos fotográficos, extensões educativas etc.);
- Apoio a exposições temporárias ou permanentes;
- Apoio a instrumentos de divulgação pública dos museus e ou das suas colecções;
- Realização de estudos e outros instrumentos de reflexão/ divulgação sobre museologia e museografia.

Através do segundo eixo, “Favorecer o acesso a bens culturais” pretendeu-se atingir os seguintes objectivos:

- “ - Tornar mais acessível à população a produção nacional e internacional no campo da música e das artes performativas de qualidade artística reconhecida;*
- Dotar o País de um conjunto de salas de espectáculos com boas condições técnicas de palco e equipados eficazmente, de forma a permitir o desenvolvimento de programas de difusão cultural e produções de qualidade no campo da música, artes performativas e animação cultural de responsabilidade do Estado, das Autarquias Locais e outras entidades públicas e privadas;*
- Possibilitar às estruturas de produção privadas as condições para poderem desenvolver os seus projectos de produção;*
- Potenciar a vinda de produções estrangeiras a Portugal, contribuindo para o intercâmbio e aproximação cultural entre os povos.”*

(POC, 2000:21)

Pretenderam-se atingir estes objectivos através de medidas como a criação de uma rede fundamental de recintos culturais; a utilização das novas tecnologias da informação para acesso à cultura e assistência técnica.

No Relatório de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura do QCAIII de 24 de Outubro de 2003 são apontadas como contribuições do POC para a concretização dos objectivos do QCA III, sendo de salientar o impacte ao nível das pessoas, reforçando-se a inclusão social e a melhoria da sua qualidade de vida e também ao nível dos territórios

através da qualificação dos espaços rurais e do reforço do sistema urbano. Tem também dado o seu contributo para com as prioridades horizontais definidas pela União Europeia, nomeadamente para a sociedade de informação e a promoção da igualdade no acesso à cultura, tanto em termos físicos como nos imateriais, sendo uma contribuição indirecta visto que se relacionam com a promoção da equidade social, fomentando a participação em actividades culturais e de lazer, bem como em actividades profissionais ao nível da educação e de formação de públicos. Apoia também o desenvolvimento local com a criação de infra – estruturas de cariz cultural e a recuperação, modernização e dinamização de sítios históricos e culturais, contribuindo desta forma para a coesão social e para a competitividade territorial, factores essenciais tendo em vista o desenvolvimento local. A prioridade do emprego, enquanto problema que afecta a sociedade portuguesa é também contemplada através da dinamização das actividades culturais, aumentando o número de iniciativas e de postos de trabalho. O sector do ambiente é também beneficiado com as acções desenvolvidas pelo POC, nomeadamente com o melhoramento de infra – estruturas, museus, sítios históricos e culturais, melhorando a sustentabilidade ambiental local.

Através deste mesmo relatório foi-nos de igual modo transmitida uma caracterização do sector cultural, podendo-se salientar as seguintes conclusões: Verificou-se um aumento significativo de importações no sector cultural, no entanto apesar de se registarem progressos nos padrões de consumo das famílias portuguesas continuamos a apresentar um atraso na procura de bens e equipamentos ligados às indústrias culturais em comparação com outros países europeus. A tais evidências não são estranhos os baixos níveis de educação e de formação dos portugueses. É de salientar o crescimento do investimento na conservação e valorização do património histórico e cultural, apresentando no entanto algumas carências na articulação com a educação, a investigação e as indústrias culturais. Notam-se a existência de assimetrias no acesso à cultura bem como à afectação do poder de compra ao consumo de bens e serviços culturais, embora seja evidente um esforço de criar mais e melhores infra – estruturas e melhores iniciativas de valorização e animação artística.

Globalmente é defendido neste relatório que o Programa Operacional da Cultura adoptou diversos tipos de estratégias adequadas às circunstâncias e aos diagnósticos apresentados.

5.2 – Iniciativas Comunitárias inseridas no Quadro Comunitário de Apoio III

Dando continuidade às ajudas comunitárias concedidas ao nosso país através dos Quadros Comunitários de Apoio I e II, que vigoraram respectivamente de 1989 a 1993 e de 1994 a 1999, constatando-se que Portugal apresentava carências a nível estrutural ainda não resolvidas, foi decidido continuar a apoiar o nosso país. Assim, pela Decisão da Comissão Europeia de 30 de Março de 2000 foi aprovado o Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III) para o período de 01 de Janeiro de 2000 a 31 de Dezembro 2006. As intervenções estruturais comunitárias a desenvolver no nosso país, apresentaram os seguintes eixos prioritários:

- Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social;
- Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro;
- Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional.

Os apoios comunitários a concretizar através dos fundos estruturais apresentavam como objectivos principais:

- “- a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;*
- a reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais, designadamente das zonas rurais em declínio;*
- a adaptação e a modernização das políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego, como quadro de referência para as acções a favor dos recursos humanos, e devem contribuir, designadamente,*
- para um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentado das actividades económicas;*
- para o desenvolvimento do emprego e dos recursos humanos;*
- para a protecção e a melhoria do ambiente; e*
- para a eliminação das desigualdades e para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.”*

(LEADER+, 2003: 91)

Foram aprovadas diversas Iniciativas Comunitárias através das quais se pretendeu promover o desenvolvimento do nosso país. Tratam-se de programas específicos da União Europeia e que se destinam a procurar soluções tendentes a resolver problemas e dificuldades que se manifestam no espaço português. São entendidos numa lógica de complementaridade, sendo prosseguidos através de intervenções operacionais. Tratam-se de iniciativas da Comissão Europeia que visam complementar as acções realizadas no âmbito dos objectivos considerados prioritários. Para o Quadro Comunitário de Apoio III (QCAIII) foram definidos quatro iniciativas a que correspondem 5,35% dos Fundos Estruturais e que são as seguintes:

A Iniciativa INTERREG III que tem como principal objectivo contribuir para o reforço da coesão económica e social da União Europeia, fomentando a cooperação transfronteiriça, transnacional, inter – regional e o desenvolvimento equilibrado do seu território através:

- Do desenvolvimento regional integrado entre regiões fronteiriças vizinhas onde se incluem as fronteiras externas e certas fronteiras marítimas;
- Da integração territorial equilibrada em todo o espaço da União Europeia bem como nos países candidatos e outros países vizinhos apoiando a cooperação transnacional e a cooperação inter – regional.

O seu financiamento processa-se através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

A Iniciativa URBAN II é também financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e tem como principal finalidade ajudar na resolução dos problemas económicos, ambientais e sociais com que os centros urbanos se deparam. Nesta iniciativa incluem-se acções como a recuperação de infra – estruturas degradadas ou obsoletas, desenvolvendo-se o sector económico e o mercado de trabalho, apoiando medidas complementares destinadas a combater a exclusão social e a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

A Iniciativa EQUAL destina-se a combater os factores que estão na base das desigualdades e discriminações existentes na sociedade e que impedem inúmeros cidadãos de poderem aceder a um lugar no mercado de trabalho bem como na sociedade. Das acções desenvolvidas no âmbito deste programa destacamos:

- O desenvolvimento das competências e empregabilidade das pessoas actualmente sem trabalho;
- A renovação e actualização das competências das pessoas empregadas em sectores vulneráveis;
- O desenvolvimento do espírito empresarial e da garantia da participação equilibrada das mulheres e dos homens no mercado de trabalho;
- O apoio à inserção social e profissional dos requerentes de asilo.

Este programa é financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE). Outra Iniciativa Comunitária para Portugal e para o período de 2000 a 2006 é o programa LEADER+ que será alvo de uma análise mais pormenorizada, sendo complementada com um “estudo de caso”.

5.3 – A Iniciativa Comunitária LEADER+

A iniciativa Comunitária LEADER (Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) surgiu em 1991 enquadrada no Quadro Comunitário de Apoio (QCA), tendo sido o Ministério da Agricultura a assumir a gestão global deste programa, divulgando e dinamizando a criação de Associações de Desenvolvimento Local, que até então existiam em número bastante escasso, envolvendo através de parcerias vários agentes de desenvolvimento local como associações profissionais, recreativas, bem como autarquias para que em conjunto pudessem candidatar-se à Iniciativa Comunitária LEADER. Para o efeito foram definidas 20 zonas de intervenção credenciando-se outras tantas entidades locais que constituíram os seus Grupos de Acção Local (GAL). Quanto aos resultados obtidos salientamos os seguintes aspectos:

- “- Foi um programa inovador que veio inspirar uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, estimulando o aparecimento de muitas outras Associações de Desenvolvimento Local com acções interessantes no meio rural.*
- A sua filosofia bottom up permitiu o apoio a muitas iniciativas localmente importantes que não teriam apoio na ausência do programa.*
- Era um programa financeiramente ágil e eficiente*

- *Desenvolveu muito a oferta de turismo rural que era quase inexistente até ao momento. Fomentou o aparecimento local de novas competências na preparação e análise de projectos. Foi gerador de emprego no meio rural.*
 - *A sua característica de abertura permitiu o apoio a iniciativas muito diversificadas e inovadoras.*
 - *Este sucesso foi alcançado, não obstante algumas dificuldades.”*
- (LEADER+, 2003:73)

A sua taxa de execução rondou os 100% pelo que se pode considerar que alcançou um sucesso muito significativo.

A Iniciativa Comunitária LEADER II foi concebida para o período de 1994 a 1999, englobada no Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II). Beneficiou da experiência acumulada com o LEADER I, sendo que no terreno existiam também competências técnicas e diversas Associações de Desenvolvimento Local que puderam candidatar-se às execuções locais do programa, passando a estar credenciadas 48 entidades locais, possibilitando uma cobertura de todo o espaço rural português, regiões autónomas incluídas.

Nesta iniciativa Comunitária procedeu-se à informatização e à criação de uma rede informática de apoio ao programa. Quanto aos resultados, os mesmos foram considerados de muito positivos, verificáveis nos seguintes aspectos:

- “O interesse das populações rurais intensificou-se com a divulgação do Programa.*
- *Alguns aspectos agilizaram-se, pelo reforço das competências criadas a nível local.*
- *A legislação nacional e os procedimentos enquadradores adaptaram-se, em muitos casos, às necessidades do desenvolvimento rural, ultrapassando-se uma das dificuldades sentidas na implementação do LEADER I.*
- *A experiência colhida permitiu focar e orientar as acções nos tipos de experiências de maior impacto ou complementares de acções já lançadas.*
- *Para além do emprego gerado directa e indirectamente pelo programa, assiste-se a um crescimento de iniciativas, que ainda que não fossem apoiadas pelo programa, nasceram na sequência de projectos inovadores introduzidos*

pelo LEADER, criando-se assim novos postos de trabalho induzidos”(LEADER+, 2003: 75)

De um modo geral poderemos concluir que com as iniciativas LEADER I e LEADER II bem como com o apoio prestado por diversos programas se verificou um apoio directo ao desenvolvimento rural, gerando-se mais valias que puderam ser utilizadas no melhoramento sócio – económico das populações das zonas rurais que puderam desta forma fazer face a problemas e necessidades que as afectavam. Atraíram-se investimentos apoiados por outros programas, dinamizados pelas competências geradas pelo LEADER. Desenvolveram-se outras iniciativas de desenvolvimento local, algumas delas financiadas exclusivamente com fundos privados. A cooperação e o fomento das parcerias foram uma das mais valias orientadas para o desenvolvimento local. A sua intervenção foi integrada visando um desenvolvimento geral e não só direccionada para um sector.

Dando continuidade a estas Iniciativas Comunitárias foi criado para o período de 2000 a 2006 o LEADER +, tratando-se de um instrumento comunitário que tem vindo a permitir experimentar novas abordagens do espaço rural, centrando a sua intervenção na dimensão ambiental, social e cultural, considerando como principais desafios com que o mundo rural em Portugal se confronta: preservar o ambiente; respeitar as identidades e a promoção da participação tendo como objectivo um desenvolvimento sustentável.

O Programa LEADER+ promove abordagens de desenvolvimento rural proporcionando a experimentação e a emergência de novas soluções para os problemas que o mundo rural patenteia. Tem como objectivos gerais:

- “1. Mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais;*
- 2. Incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais;*
- 3. Promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais transformando estes em espaços de oportunidades;*
- 4. Garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis;*
- 5. Dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências;*
- 6. Reconhecer e afirmar a originalidade e a inovação da abordagem «LEADER+» (LEADER+, 2003:94)*

Defende a valorização activa dos agentes/ actores locais na dinamização da vida dos territórios em que estão inseridos, bem como a riqueza das identidades locais que carecem de protecção e salvaguarda. Como ajuda à fixação das populações, essencial para um desenvolvimento sustentável de uma região, defende-se a valorização da aquisição de competências por parte das populações rurais, apoiando-se as estratégias originais e inovadoras de desenvolvimento sustentável, integradas e de qualidade que permitam um aproveitamento de todos os recursos e potencialidades que a nível local se oferecem.

Os objectivos estratégicos e específicos da iniciativa LEADER+ são os seguintes:

- Incentivar abordagens integradas apoiando as parcerias activas de nível local, sensibilizando os agentes rurais acerca do potencial dos seus territórios numa perspectiva de longo prazo;
- Aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade, apoiando-se a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço do ambiente económico, contribuindo-se para a criação de novos postos de trabalho e para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Apoio à cooperação implementando-se parcerias de qualidade entre os distintos territórios rurais;
- Valorização dos novos modelos de desenvolvimento rural através da sua divulgação, mediante um trabalho em rede.

Para colocar em prática estas orientações que a Iniciativa LEADER+ preconiza foram definidos três vectores onde são integrados os objectivos estratégicos da Comissão Europeia:

- Estratégias Territoriais de Desenvolvimento Rural, Integradas e de Carácter Piloto;
- Apoio à Cooperação entre Territórios Rurais;
- Colocação em Rede.

No primeiro vector defende-se a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, integradas e de carácter piloto, consubstanciadas em planos de desenvolvimento e parcerias representativas e participativas, articuladas em torno de um tema relacionado com a identidade do território. Tem como objectivos específicos a utilização de novos repositórios de saber – fazer e de novas tecnologias; a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais; a valorização dos produtos locais, a salvaguarda do ambiente e da paisagem; a

preservação do património e da identidade cultural dos territórios rurais e a promoção e reforço das componentes organizativas das zonas rurais.

No vector dois pretende-se fomentar uma intervenção em cooperação entre territórios rurais, de âmbito interterritorial, concretizando projectos seleccionados pelos Grupos de Acção Local (GAL) de pelo menos dois Estados – Membros.

No terceiro vector, com a colocação em rede dos territórios rurais pretende-se estimular e efectivar relações de cooperação entre territórios e promover o intercâmbio e a transferência de experiências. Tem assim como objectivos específicos: incrementar a informação; a troca de experiências e boas práticas; a reflexão conjunta e a concertação de pontos de vista entre os parceiros e outros actores do desenvolvimento rural; contribuir para uma maior articulação das políticas de desenvolvimento que permitam uma melhor aplicação dos outros instrumentos de intervenção com impacto nas zonas rurais e criar condições para o estabelecimento de novas relações de cooperação.

Articulando-se os vectores um e dois da Iniciativa LEADER+ e tendo em vista uma estratégia de desenvolvimento deverão ter-se presentes alguns pressupostos:

- Procurar o desenvolvimento económico sustentável, aproveitando-se para tal os recursos existentes a nível local (naturais, culturais e humanos) que diferenciam os territórios locais, tendo em consideração as necessidades e tendências do mercado;
- Potenciar um desenvolvimento duradouro tendo por base a criação e distribuição da riqueza e a manutenção de empregos;
- Criar as condições indispensáveis para o exercício das diversas actividades ao nível das infra-estruturas e acessibilidades; da educação, formação e empregabilidade; dos sistemas científico e tecnológico; dos serviços e dos equipamentos de apoio às empresas; dos equipamentos sociais e culturais de apoio aos cidadãos; da ligação ao tecido empresarial e institucional e das condições de atractibilidade para novos residentes e instalação de novas actividades económicas;
- Apoio ao micro e pequenas empresas locais;
- Definição de uma estratégia de aproximação e interacção com os meios urbanos, possibilitando a criação de novos nichos de mercados bem como a coordenação com os centros de decisão;

- Promoção do bem-estar das populações, factor essencial para a fixação da população, nomeadamente dos estratos etários mais jovens,
- Promover a salvaguarda e a valorização do ambiente e das paisagens,
- Preservação e valorização do património cultural das comunidades rurais;
- Mobilização e qualificação dos recursos humanos, facilitando a transmissão dos saberes entre gerações, de inserção na sociedade, salvaguardando-se o principio da igualdade de oportunidades;
- Reforço das dinâmicas locais promovendo as parcerias entre os seus agentes e as organizações regionais e nacionais.

Através do terceiro vector as medidas de intervenção para a colocação em rede são a constituição de uma “Célula de Animação Nacional”; a realização de um Fórum LEADER+; a criação de uma rede com vista à troca de informações entre potenciais investidores e oportunidades de investimento; a coordenação de acções de formação; o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro das acções e colocação em rede.

Seguidamente iremos proceder à análise de um estudo de caso, um projecto aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária LEADER + que se desenvolveu na Freguesia de Capela, Concelho de Penafiel e designado de “Museu vivo da broa”.

5.4 – O Museu Vivo da Broa

As terras do Sousa situam-se entre o litoral norte e os maciços rochosos de Trás – os – Montes, tendo a sul o rio Douro a demarcá-las. Em termos geográficos estendem-se ao longo do Vale do Rio Sousa. Actualmente fazem parte deste território os Concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. É caracterizada pela pluriactividade, mantendo-se a par de uma actividade industrial uma forte componente agrícola diversificada, assente principalmente na produção de vinho, leite e na silvicultura, mantendo também no entanto muitas das culturas tradicionais como o melão “casca de carvalho” e o capão. As terras de Sousa têm uma identidade cultural bem vincada, remontando a sua unidade a períodos anteriores à nacionalidade portuguesa, estando por esta altura sob a tutela do Mosteiro de Pombeiro, localizado actualmente no Concelho de Felgueiras que administrava este território do ponto de vista religioso, económico, social e

cultural. A sua identidade cultural manifesta-se na singularidade das suas paisagens, no seu património, no seu artesanato, na gastronomia, na sua cultura e nas suas gentes.

A estratégia de desenvolvimento das Terra de Sousa+ assenta nas seguintes ideias chave:

- Mais parceria;
- Mais território;
- Mais integração;
- Mais experiência;
- Mais inovação;
- Mais comunicação.

Pretende-se acima de tudo com estas estratégias de desenvolvimento proporcionar e promover a melhoria da qualidade de vida das populações das zonas rurais. Ao proceder – se a uma avaliação deste território registou-se um agravamento no desequilíbrio entre as zonas rurais e as zonas urbanas, verificando-se uma perda populacional no meio rural e um aumento dos que rumaram ao meio urbano. Pretende-se criar sinergias, promovendo solidariedades, mantendo as comunidades locais como actores neste processo de desenvolvimento. Os objectivos que se pretendem alcançar com as medidas, sub-medidas e componentes em que se articula o PDL Terra de Sousa+ são:

“- Estimular o envolvimento da população para as questões de natureza social, cultural e ambiental, sensibilizando-as para os problemas existentes no território;

- Organizar e revalorizar os recursos naturais, culturais e históricos existentes no sentido da sua conservação e fruição;

- Promover uma imagem de autenticidade e de qualidade do território, de forma a melhorar a sua visibilidade e a estimular o reconhecimento da sua identidade junto da população local, promovendo desta forma a sua auto-estima;

- Estimular a organização, certificação, promoção e comercialização dos produtos do território, tendo em vista a sua qualidade e crescente globalização;

- Apoiar o desenvolvimento de processos tecnológicos de qualificação, valorização e modernização de produtos de origem local;

- Desenvolver acções de formação essenciais ao desenvolvimento do plano;

- *Apoiar a inovação, a investigação e as novas tecnologias para os diversos sectores de actividade tradicional, estimulando o aparecimento de novos produtos e novas formas de produção;*
 - *Apoiar dinâmicas empresariais e a articulação público/privado de forma a conceber um desenvolvimento estratégico do turismo que permita a mobilização das potencialidades existentes e tirar partido do enorme mercado regional de proximidade;*
 - *Estimular o aparecimento de novos serviços, sobretudo no domínio das actividades culturais, turísticas e de acompanhamento técnico às actividades.”*
- (TERRAS DE SOUSA, 2002:9)

Neste contexto de desenvolvimento foi apresentado pela Junta de Freguesia de Capela, Concelho de Penafiel à ADER – Sousa um projecto denominado de “Museu vivo da broa” e que foi aprovado pela mesma associação de desenvolvimento em reunião de Direcção de Projectos a 15 de Maio de 2003. A candidatura deste projecto integra-se na componente 1.3.4 – Estruturas Turísticas do Plano de Desenvolvimento Local, no âmbito do Programa LEADER+/ Terra de Sousa+.

Esta iniciativa, como já referimos, foi promovida pela Junta de Freguesia de Capela, pertencente ao Concelho de Penafiel e tem como principal objectivo dar a conhecer, tanto aos habitantes deste Concelho como de outros concelhos limítrofes ou a possíveis visitantes de outras zonas as diferentes fases de produção da broa, um dos produtos mais típicos e genuínos da região. Para tal, com este projecto pretende-se criar um circuito turístico, tendo primordialmente como público alvo os jovens em idade escolar, constituindo iniciativas pedagógicas e turísticas, escassas nesta região e que poderão promover a valorização dos espaços existentes, de modo a poderem ser fruídos tanto por visitantes como pelos habitantes locais. Na prática, pretende-se criar um circuito turístico – pedagógico que faculte aos visitantes a possibilidade de observarem as diferentes fases do fabrico da broa, produto tipicamente tradicional e base da alimentação destas gentes ao longo dos tempos, dando-se a conhecer a forma de vida das populações da região num passado não muito longínquo.

A concretização deste projecto terá lugar com a recuperação de seis moinhos de água, localizados ao longo do Ribeiro da Trunqueira que passa na Freguesia de Capela, bem como

de toda a sua envolvente. Cada moinho irá representar uma das fases de produção da broa, desde a moagem do grão para se obter a farinha até à prova do produto final, a broa, sendo que para o efeito está planeada a construção neste percurso de um forno para a cozedura da broa. Dada a proximidade dos moinhos uns dos outros, o visitante poderá, de forma sequencial presenciar as diferentes fases de produção da broa. A funcionalidade de cada moinho de água será específica, sendo feita da seguinte forma a sua distribuição de funções:

- O primeiro moinho do percurso destina-se à instalação da recepção aos possíveis visitantes onde poderão ser prestadas todas as informações bem como a distribuição de brochuras, podendo posteriormente funcionar como um posto de turismo.
- Um outro moinho servirá para acolher uma exposição fotográfica onde serão visíveis o desenvolvimento dos cereais (em particular o milho) desde a sua sementeira até à moagem bem como fotografias da área deste projecto, antes e depois das obras de requalificação.
- Os três moinhos seguintes estão destinados à moagem dos cereais, sendo abordadas os três componentes da moagem – farinha; farelo e milho traçado.
- No sexto e último moinho será possibilitado aos visitantes observarem o processo de amassar e cozer a broa, terminando a visita com a prova da broa

Para além da requalificação destes seis moinhos de água é também necessária a recuperação do espaço envolvente e dos acessos ao futuro museu, criando-se um circuito pedonal que ligará os moinhos, sendo também necessário manter limpo o ribeiro. Pretende-se da mesma forma recuperar um poço de linho existente nesta zona.

Estima-se que anualmente possam visitar este local cerca de 5000 alunos, tanto de escolas do concelho de Penafiel como de toda a região, subordinando-se a sua visita ao lema “Broa – Sabes como se faz?”. Para a divulgação deste projecto, foi considerado muito importante a elaboração de brochuras que posteriormente serão distribuídas junto de toda a comunidade escolar (alunos, pais, e professores), DREN, bibliotecas, postos de turismo, INATEL, IPJ, CAE’S, Região de Turismo do Verde Minho etc., bem como de outras instituições passíveis de poderem contribuir em parcerias na divulgação deste projecto. Do mesmo modo, no plano das intenções foi decidido recorrer às novas tecnologias, elaborando-se um CD interactivo por forma a informar todos os possíveis interessados por esta iniciativa, procedendo-se à sua distribuição pelas escolas do Concelho de Penafiel, bibliotecas e todas as instituições que se mostrem interessadas.

Ao elaborarmos este estudo o projecto de criação do “Museu Vivo da Broa” encontrava-se ainda em execução, estando prevista para breve a sua conclusão, pelo que não pudemos aferir de uma forma mais cabal toda a extensão deste projecto. No que diz respeito às acções a realizar ao nível da construção civil, pretende-se que a reconstrução dos moinhos permita a manutenção dos traços originais, procedendo-se às seguintes beneficiações:

- Lavagem das pedras das paredes na parte interior dos moinhos, preenchendo as juntas entre as pedras de granito, estando prevista a utilização de oxido de ferro amarelo, simulador do barro utilizado originalmente;
- Na parte exterior deverá proceder-se à lavagem das suas pedras, sendo as suas juntas preenchidas com lascas de granito sem a utilização de argamassa;
- O pavimento interno de cada um dos moinhos será em saibro prensado e/ou lousa;
- Quanto aos telhados, os mesmos serão alvo de uma substituição integral, utilizando-se a madeira de pinho para a armação e para o forrar, utilizando-se a lousa na sua cobertura;
- As condutas que permitem que a água chegue aos moinhos terão que ser reconstruídas em granito;
- Quanto aos engenhos de moagem, os mesmos terão que ser construídos na íntegra já que não é possível a recuperação dos que existem, garantindo o seu funcionamento
- Tendo em consideração o facto do caudal diminuir durante os meses mais quentes, é também intenção proceder-se á electrização dos engenhos, para que os mesmos possam funcionar quando a força da água não for suficiente para mover as pás dos moinhos;
- O Ribeiro da Trunqueira, ao longo do qual se situam os diversos moinhos deverá ser sujeita a uma limpeza do leito e das margens, numa extensão de cerca de 300 metros, estando este mesmo percurso repleto de silvas e de terra das enxurradas.

Para que este projecto tenha uma maior viabilidade e sucesso, deverá destinar-se uma parte da sua acção à melhoria dos acessos que permita uma circulação dos visitantes com o máximo possível de comodidade e segurança. Assim serão construídas cercas de pinho que separem os caminhos pedonais das propriedades privadas. Entre as margens do ribeiro será construído um passadiço em ferro e madeira. A construção dos acessos e do próprio circuito pedagógico – turístico tem em conta a segurança e a facilidade de circulação, garante de satisfação e agrado por parte dos visitantes.

Sendo que estes moinhos pertencem a entidades particulares, foram celebrados contratos de comodato entre os seus proprietários e a entidade promotora deste projecto, a Junta de Freguesia de Capela, tendo sido cedidos estes espaços por um período de 20 anos. A designação dos moinhos é a seguinte: Casa da Aldeia; Casa do Outeiro; Boucinha, Casa Melo; Casa Barbosa; Casa Coelho.

Consideramos que este projecto denominado de “Museu Vivo da Broa” se reveste de uma grande importância tendo em vista a manutenção da identidade própria desta região, sendo que os seus usos e costumes podem desta forma ser mantidos e revitalizados, assistindo-se à transmissão de valores, atitudes e tradições entre gerações. Também do ponto de vista económico esta iniciativa de preservação patrimonial em espaço rural enquadra-se nos pressupostos que defendem o património como factor de desenvolvimento. Neste caso o turismo cultural pode assumir-se como uma mais valia para a região pois ao garantir a requalificação destes moinhos de água que se encontravam abandonados e em ruínas, dando-lhes uma utilidade, possibilita-se que possam novamente ser prestáveis, garante da sua preservação.

Trata-se de um projecto que dá relevância ao aspecto pedagógica, pretendendo demonstrar tanto às actuais como às futuras gerações como os seus antepassados produziam a broa, base da sua alimentação. A transmissão de saberes pode assim ser também um ponto de encontro geracional, permitindo uma melhor compreensão mútua das formas de ser, pensar e agir. Está presente o pressuposto que defende a participação activa da população na defesa e preservação do seu património bem como contribuindo, através da sua recuperação e revitalização, para o aumento das receitas locais, possibilitando um desenvolvimento sustentável da sua comunidade. A integração e o combate à exclusão social são por si só motivos suficientes para que iniciativas como este projecto do “Museu vivo da broa” devam ser apoiadas tendo em vista uma sociedade mais solidária e unida, sendo imprescindível para se atingir este fim a existência de um sentimento de pertença, para o qual contribui em larga medida a existência e a preservação de um património natural e cultural comum.

Consideramos no entanto que este projecto de criação do “Museu Vivo da Broa” apresenta algumas lacunas, nomeadamente ao nível do acesso que os habitantes do Concelho poderão ter a estes serviços, não se devendo enquadrar unicamente no apoio à função pedagógica e turística mas também abarcando uma outra faceta que se prende com a necessidade de possibilitar à população local esse mesmo acesso, constituindo-se este

projecto dessa forma numa mais valia económica, podendo ajudar a melhorar a qualidade de vida destas populações. Assim, pensamos que no âmbito deste projecto deveria ter-se proporcionado uma maior atenção à utilização destes espaços agora remodelados e tendo em conta a importância do encontro de gerações, facilitar e impulsionar por exemplo a utilização do forno para cozer a broa, passando a ser comunitário, bem como a possibilidade da população local poder moer os seus cereais nos moinhos. Este será um aspecto que no futuro poderá e deverá ser considerado.

do Tratado da União Europeia, verificamos o desenvolvimento de acções de cariz cultural que visam reforçar o sentimento de pertença à comunidade europeia, sempre no respeito pela diversidade cultural que as caracteriza. Foi também considerado importante facilitar o acesso dos cidadãos europeus à cultura, traduzindo-se esta num factor de integração e coesão social. Para atingir estes objectivos e colocar em prática uma verdadeira política cultural no espaço comunitário, a União Europeia passou a desenvolver diversas acções e iniciativas de que destacamos o apoio à cooperação cultural com outras instituições (não se limitando a fomentá-la entre os países membros), nomeadamente com o Conselho da Europa e a UNESCO, bem como com países de todo o mundo, prestando especial atenção à cooperação com aqueles que apresentam maiores carências económicas, logo mais vulneráveis tendo em vista o investimento cultural e a defesa do seu património. Na cooperação cultural desenvolvida dentro do espaço comunitário salientamos a importância que o apoio à mobilidade dos cidadãos europeus se reveste, procurando-se desta forma dar a conhecer a um maior número de pessoas realidades diferentes, tendo sempre presente que para se respeitar tem que primeiro se conhecer.

O respeito pela diversidade cultural, nacional, regional e local afigura-se-nos como fundamental tanto no presente como perspectivando o futuro da União Europeia, devendo-se promover o desenvolvimento económico, político e social, ao mesmo tempo que se deve preservar a diversidade cultural como uma mais valia para a prossecução dos ideais comunitários baseados na tolerância e no respeito pelas diferenças que a caracterizam. A cultura poderá desempenhar um importante papel na construção de uma União Europeia unida, coesa e com forte integração dos Estados que vão aderindo a este projecto, facilitando-se a inclusão social, a equidade e a compreensão mútua, podendo alcançar-se mais facilmente estes desideratos através da promoção do património cultural e natural de cada país. Ao nível da participação dos cidadãos consideramos fundamental a promoção da educação para a cidadania que vise um desenvolvimento integral valorizando-se a preservação e salvaguarda do seu passado comum.

A museologia social pretende realçar o aparecimento de novos caminhos para este sector, principalmente no campo social, fruto da reflexão individual e colectiva de museólogos e outras pessoas interessadas, em interacção com o evoluir da própria sociedade e das alterações problematizadoras daí resultantes. Trata-se de materializar as ideias que defendem o museu como uma instituição que, fazendo parte da sociedade, deve desenvolver

uma importante função social, contribuindo para a promoção do desenvolvimento integral e sustentável da comunidade, procurando assim melhorar a qualidade de vida das populações. Acima de tudo encara o património como um recurso a ser utilizado pelas populações, pelo que deve ser divulgado e preservado, sendo o museu considerado como um agente de desenvolvimento. Estamos perante uma museologia para a comunidade, que procura o seu desenvolvimento integral, tanto ao nível económico como pessoal e social. Os museus não devem ser unicamente encarados como um complemento da acção educativa das escolas, mas antes como uma instituição atenta à sociedade em que está inserida e preocupada em contribuir para o seu desenvolvimento pleno, que passa também pela necessidade de inculcar na população um sentido crítico e de tomada de posições próprias, perante as diversas dificuldades que lhes são colocadas no seu quotidiano. Deve-se promover o desenvolvimento de competências que visem uma cidadania plena, para que tanto a nível individual, como colectivo as pessoas possam actuar livremente em consonância com a sua consciência, aprofundando desta forma a sua participação na vida democrática do seu país.

Os museus devem interagir com a comunidade, contribuindo como um agente visando o seu desenvolvimento, tendo como principal instrumento o património, promovendo desta forma a sua preservação, ao mesmo tempo que pode ser encarado como factor potencializador da melhoria da qualidade de vida das populações. Referimo-nos ao desenvolvimento sustentado, em que se procura que a própria comunidade rentabilize os seus recursos, humanos, culturais e naturais, com vista á melhoria da sua qualidade de vida. Ao nível dos recursos culturais, preconizamos a divulgação e o aproveitamento das potencialidades do turismo cultural, sem esquecer nem menosprezar a necessidade de acautelar a sua salvaguarda contra abusos e falta de cuidados, tanto por parte dos turistas como de empresários do sector. Trata-se de um sector que apresenta uma grande procura, devendo-se desta forma promover a sua divulgação sem no entanto desacautiler a preservação do património. Com a evolução técnica a processar-se a uma grande velocidade, o património industrial tende a ser também bastante numeroso. Urge seguir critérios que, na impossibilidade da salvaguarda de todo esse património se proteja o mais significativo, sendo necessário não esquecer que do património industrial fazem também parte as vivências, as relações entre os operários e destes com os empresários.

Consideramos também que ao apoiarem-se na mais valia técnica e na capacidade realizadora que as equipas multidisciplinares dos museus locais patenteiam, os projectos de

Bibliografia

Bibliografia Citada:

ADER-SOUSA, *Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, Terra de Sousa+*, *Iniciativa Comunitária LEADER+*, Tipografia de Guimarães, Lda., Julho de 2002.

CARRILHO, Manuel Maria. *Hipóteses de Cultura*. Artes Gráficas, Lda., Lisboa 1999.

CONSTRUIR A EUROPA DOS POVOS, A UNIÃO EUROPEIA E A CULTURA. Série *A Europa em Movimento*, Direcção – Geral da Imprensa e Comunicação, Luxemburgo, serviço das publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2002.

CHURCHILL, Winston. *Discurso de Zurique, Suíça de 19 de Setembro de 1946*. Retirado do sitio da INTERNET: www.coe.int/t/pt/com/About-COE/POR-disc-Churchill.asp.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO «COMISSÃO BRUNDTLAND», 1987. Retirado do Sitio da INTERNET: www.wikipedia.org/wiki/relat%bzrio-de-brundtland.

COM/2003/0520 FINAL. *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Para um instrumento internacional sobre a diversidade cultural*. Retirado do sitio da INTERNET: <http://eur-lex.europa.eu>

COM/2004/33 FINAL. *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité das Regiões – Relatório sobre a aplicação dos programas comunitários, Caleidoscópio, Ariane e Rafael*, Comissão das Comunidades Europeias, de 23/01/2004. Bruxelas. Retirado do Sitio da INTERNET: <http://ec.europa.eu/dgs/education-culture/evalreportes/culture/2003/old-culture-xp/COM-pt.pdf>.

CORDEIRO, Jorge Manuel Lopes. *A propósito de coleções industriais*, Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus. Março de 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 2001. Retirado do Sítio da INTERNET: www.unesco.org.br

EDEC. *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da União Europeia*.1999. Retirado do sítio da INTERNET: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lub/g24401.htm>

ESTATUTO DO CONSELHO DA EUROPA, 1949. Retirado do Sítio da INTERNET: www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conselho-Europa-Estatuto.htm.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Introducción a la nueva museologia*. Col. “Materiales, Arte y Música n. ° 19”, Alianza Editorial, Madrid, 1999.

FILIPE, Graça. *Educação: um objectivo global dos Museus. Algumas reflexões assentes na experiência de trabalho do Ecomuseu Municipal do Seixal.*, Texto apresentado no 25º Encontro de Serviços Educativos, Museu Arqueológico e Etnográfico Dr. Joaquim Manso, Nazaré, 2000.

FONTAINE, Pascal. *A União Europeia*. Editorial Estampa, Lda., Lisboa 1995.

FONTAINE, Pascal. *A Construção Europeia de 1945 aos nossos dias*. Gradiva – Publicações, Lda., Lisboa 1998.

HERNÁNDEZ, J. B. e TRESSERAS, J. J.. *Gestión del patrimonio cultural*. Editorial Ariel, S.A., Barcelona, 2001.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *El Patrimonio cultural: La memória recuperada*, Ediciones Trea, S.L, 2002.

.

J.O.C.E., C/324 DE 12/11/1999. *Resolução do Conselho, de 28 de Outubro de 1999, sobre a inclusão da História na actividade cultural da Comunidade.*

J.O.C.E., C/81/2, COM (2000) 154 FINAL DE 21/03/2000. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – Objectivos Estratégicos 2000-2000 «Configurar uma nova Europa».*

J.O.C.E., L/63 DE 10/03/2000. *Decisão N° 508/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Fevereiro de 2000 que cria o Programa «Cultura 2000».*

J.O.C.E., C/32 DE 05/02/2002. *Resolução do Conselho de 21 de Janeiro de 2002 relativa ao papel da cultura na construção da União Europeia.*

J.O.C.E., C13 ANEXO DE 18/01/2003. *Resolução do Conselho de 19 de Dezembro de 2002 que implementa o plano de trabalho para a cooperação europeia no âmbito da cultura: valor acrescentado e mobilidade de pessoas na Europa e circulação de obras no sector cultural.*

LEADER+. *Programa Nacional – Portugal, Actualização de 11 de Junho de 2003*, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Retirado do Sítio da INTERNET: www.pt/programanacional.html, 2003.

MOREIRA, Conceição. *Parques naturais e património, Os Ecomuseus como instrumentos de desenvolvimento cultural*, Cadernos de Sociomuseologia N°5, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

MORIN, Edgar. *Pensar a Europa*, Publicações Europa América Lda. 1988.

MOUTINHO, Mário. *Museus e Sociedade: Reflexão sobre a função social do Museu.*, Cadernos de Património, N.º 5, Museu Etnológico de Monte Redondo, Monte Redondo, 1989.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. *Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem para a sustentabilidade*, in Actas do Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade de 13 de Junho de 1997 em Idanha-a-Nova, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997.

POC. *Programa Operacional da Cultura. 2000-2006*, União Europeia, 2000.

PRIMO, Judite. *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1999.

PRIMO, Judite. *Pensar contemporaneamente a museologia*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1999.

PRIMO, Judite. *Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do projecto para o Ecomuseu da Murtosa*. Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, Lisboa, 2000.

RECOMENDACIÓN SOBRE LA SALVAGUARDA DE LA CULTURA TRADICIONAL Y POPULAR. Adoptada por la Conferencia General en su 25ª Sesión, Paris, 15 de Noviembre de 1989. Retirado do Sítio da INTERNET: www.unesco.org/culture/laws/paris/html-sp/page1.shtml.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. (Coord.). *Diferenças e proximidades culturais na Europa, e Multiculturalismo ou coabitação cultural?* in Actas do Curso Intensivo de 26 de Fevereiro a 07 de Março de 2002, *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Colecção Estudos sobre a Europa N.º 2, Quarteto Editora, 2003.

SAMPAIO, Jorge. *Discurso do Presidente da República*, in Actas do Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade de 13 de Junho de 1997 em Idanha-a-Nova, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Documentação museológica, educação e cidadania*, texto apresentado no 12º Congresso Nacional de Museus – IV Encontro de Museus do Paraná. Curitiba, Brasil, 1991.

QCA III. *Quadro Comunitário de Apoio: Portugal 2000-2006*, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa, 2000.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Museu: Centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal*, Texto apresentado no I Simpósio sobre Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 1997.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Reflexões museológicas: caminhos de vida*. Cadernos de Sociomuseologia n.º 18, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2000.

STICHT, Pamela. *Culture européenne ou Europe dès cultures? Les enjeux actuels de la politique culturelle en Europe*, L' Harmattan, 2000.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992. Retirado do Sítio da INTERNET: <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treaties/selected/livre108.html>.

VARINE, Hugues de. *L'Initiative communautaire, recherche et expérimentation*, Editions W. M.N.E.S., 1991.

Bibliografia Geral:

Actas da Conferência promovida pelo Centro de Informação Jacques Delors *Portugal e a Europa – 50 anos de Integração*, realizada a 14 e 15 de Março de 1995 no Centro Cultural de Belém, Editorial Verbo, 1996.

Actas do V Encontro Nacional Museologia e Autarquias, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 8, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

Actas das X Jornadas sobre a função social do museu: *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado.*, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINOM, Póvoa de Lanhoso, 1999.

ADER-SOUSA, *Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, Terra de Sousa+*, *Iniciativa Comunitária LEADER+*, Tipografia de Guimarães, Lda., Julho de 2002.

ALISEDA, Julián Mora e ZSÖGÖN, Sílvia Jaquenod. *Ambiente Y desarrollo sostenible*, Universidade de Extremadura, Cáceres, 2002.

ANDRIEUX, Jean Yves. *Patrimoine et Société, collection « Art & Société»*, Presses Universitaires de Rennes, Campus de la Harpe, 1998.

ANDRIEUX, Jean Yves. *Le Patrimoine Industriel*, Presses Universitaires de France, Paris, 1992.

AUDRERIE, Dominique. *La Notion et la Protection du patrimoine*, Presses Universitaires de France, Paris, 1997.

BAPTISTA, Mário. *Turismo e competitividade sustentável*. Editorial Verbo, Lisboa/ S. Paulo 1997.

BEKEMANS, Léonce (Ed.). *Culture, Building Stone for Europe 2000. Reflexions and Perspectives*, College of Europe, Bruges, European Interuniversity Press, Brussels, 1994.

BOLETIM DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, SUPLEMENTO 4/87. *Relançamento da acção cultural na Comunidade Europeia*, Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1988.

BRANDÃO, José M., *A Comunicação na escola e no museu*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 5, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

BRUNO, Cristina. *Museologia e Comunicação*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 9, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

BRUNO, Cristina. *Museologia e Museus : Princípios, problemas e métodos*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 10, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

CAMPOS, João Mota de, (Coord.). *Organizações Internacionais, Teoria geral, Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação, 1999.

CAMPOS, Nuno Antas de. (Direcção). *50 Anos de Europa, Os grandes textos da construção europeia*, 2ª edição revista e aumentada, Parlamento Europeu, 2001.

CARRILHO, Manuel Maria. *Hipóteses de Cultura*. Artes Gráficas, Lda., Lisboa 1999.

CONSTRUIR A EUROPA DOS POVOS, A UNIÃO EUROPEIA E A CULTURA. Série *A Europa em Movimento*, Direcção – Geral da Imprensa e Comunicação, Luxemburgo, serviço das publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. *Novos Rumos da Museologia*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 2, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1999.

CHAGAS, Mário de Souza. *Memória e Poder: dois movimentos*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 19, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2000.

CHURCHILL, Winston. *Discurso de Zurique, Suíça de 19 de Setembro de 1946*. Retirado do sítio da INTERNET: www.coe.int/t/pt/com/About-COE/POR-disc-Churchill.asp.

COM/2004/33 FINAL. *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité das Regiões – Relatório sobre a aplicação dos programas comunitários, Caleidoscópio, Ariane e Rafael*, Comissão das Comunidades Europeias, de 23/01/2004. Bruxelas. Retirado do Sítio da INTERNET: <http://ec.europa.eu/dgs/education-culture/evalreportes/culture/2003/old-culture-xp/COM-pt.pdf>.

COMISSÃO DE GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS, *Um olhar sobre o QCA III – Encerramento do período de Programação 1994-1999*, Junho de 2000.

COMMISSION EUROPÉENNE. *Gouvernance Européenne, Travaux Préparatoires au Livre Blanc, Communautés européennes*, 2002.

COMMISSION EUROPÉENNE. *Élargissement de l'Union Européenne, Une chance historique*, Belgique, 2003.

CONVENÇÃO EUROPEIA, *Projecto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa*, Comunidades Europeias, 2003.

CONSTRUIR A EUROPA DOS POVOS, A UNIÃO EUROPEIA E A CULTURA. Série *A Europa em Movimento*, Direcção – Geral da Imprensa e Comunicação, Luxemburgo, serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, 2002.

ESTATUTO DO CONSELHO DA EUROPA, 1949. Retirado do sítio da INTERNET:
www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conselho-Europa-Estatuto.htm.

FERNANDES, António José. *Portugal face à política regional da Comunidade Europeia*. Publicações Dom Quixote, Lisboa 1989

FERNANDES, António José. *A Comunidade Europeia, Estrutura e Funcionamento, Objectivos e Actividades (da CEE à União Europeia)*. Editorial Presença, Lisboa 1992

FERNANDES, António José. *A União Europeia de Maastricht: Federação, Confederação ou Comunidade de Estados?*. Editorial Presença, Lisboa 1994

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Museologia: Introducción a la teoría y práctica del museo*. Edições Fundamento Mayor, Madrid, 1993.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso & FERNÁNDEZ, Isabel García. *Diseño de exposiciones: Concepto instalación y montaje.*, Col. “Materiales, Arte y Música N.º 23”, Alianza Editorial, Madrid, 1999.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Introducción a la nueva museologia*. Col. “Materiales, Arte y Música n.º 19”, Alianza Editorial, Madrid, 1999.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Museologia y museografia*. Col. “Cultura artística” Ediciones del Serbal, Barcelona, 1999.

FILIPE, Graça. *Educação: um objectivo global dos Museus. Algumas reflexões assentes na experiência de trabalho do Ecomuseu Municipal do Seixal.*, Texto apresentado no 25º Encontro de Serviços Educativos, Museu Arqueológico e Etnográfico Dr. Joaquim Manso, Nazaré, 2000.

FONTAINE, Pascal. *A União Europeia*. Editorial Estampa, Lda., Lisboa 1995

FONTAINE, Pascal. *A Construção Europeia de 1945 aos nossos dias*. Gradiva – Publicações, Lda., Lisboa 1998

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

HENRIQUES, Cláudia. *Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Edições Sílabo, Lda. 2003

HENRIQUES, Eduardo Brito. *Cultura e território, das Políticas às Intervenções, Estudo Geográfico do património histórico - arquitectónico e da sua salvaguarda*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2003

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *Manual de museologia*, Col. “Biblioteconomia y Documentacion”, Editorial Sintesis, Madrid, 1998.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *El museo como espacio de comunicación*. Col. “Biblioteconomía y administración cultural”, Edições Trea, Gijón, 1998.

HERNÁNDEZ, J. B. e TRESSERAS, J. J.. *Gestión del patrimonio cultural*. Editorial Ariel, S.A., Barcelona, 2001.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *El Patrimonio cultural: La memória recuperada*, Ediciones Trea, S.L, 2002.

J.O.C.E., C/324 DE 12/11/1999. *Resolução do Conselho, de 28 de Outubro de 1999, sobre a inclusão da História na actividade cultural da Comunidade*.

J.O.C.E., C/81/2, COM (2000) 154 FINAL DE 21/03/2000. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – Objectivos Estratégicos 2000-2000 «Configurar uma nova Europa»*.

J.O.C.E., L/63 DE 10/03/2000. *Decisão N° 508/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Fevereiro de 2000 que cria o Programa «Cultura 2000».*

J.O.C.E., C/32 DE 05/02/2002. *Resolução do Conselho de 21 de Janeiro de 2002 relativa ao papel da cultura na construção da União Europeia.*

J.O.C.E., C13 ANEXO DE 18/01/2003. *Resolução do Conselho de 19 de Dezembro de 2002 que implementa o plano de trabalho para a cooperação europeia no âmbito da cultura: valor acrescentado e mobilidade de pessoas na Europa e circulação de obras no sector cultural.*

LEADER+. *Programa Nacional – Portugal, Actualização de 11 de Junho de 2003*, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Retirado do Sítio da INTERNET: www.pt/programanacional.html, 2003.

MARQUES, Viriato Soromenho. *Europa: Labirinto ou casa comum*. Publicações Europa - América, Lda. 1993

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. *Programa Operacional da Cultura- Complemento de Programação, Portugal 2000-2006*.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *África na política de cooperação europeia*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997

MOREAU, Gérard. *A CEE – Sumários de História e Geografia política*. Publicações D. Quixote, Lda. 1989

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *África na política de cooperação europeia*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997

MOREIRA, Conceição. *Museus e acção cultural*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 5 Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

MOREIRA, Conceição. *Parques naturais e património, Os Ecomuseus como instrumentos de desenvolvimento cultural*, Cadernos de Sociomuseologia N.º5, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

MOREIRA, Fernando João. *Museologia, Estruturas Territoriais e desenvolvimento. Textos de Museologia. Jornadas sobre a função social do museu. Cadernos do MINOM, Portugal, n.º 1, Lisboa, 1991.*

MORIN, Edgar. *Pensar a Europa*, Publicações Europa América Lda. 1988.

MOUTINHO, Mário. *Museus e Sociedade: Reflexão sobre a função social do Museu.*, Cadernos de Património, N.º 5, Museu Etnológico de Monte Redondo, Monte Redondo, 1989.

MOUTINHO, Mário. *Sobre o conceito de museologia social*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 1, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1993.

MOUTINHO, Mário. *A construção do objecto museológico.*, Cadernos de Sociomuseologia n.º4, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1994.

MOUTINHO, Mário. *Museologia Informal.*, Boletim da Associação Portuguesa de Museologia, N.º3, Apom, Lisboa, 1996.

NASCIMENTO, Rosana. *O objecto museal, sua historicidade: implicações na acção documental e na dimensão pedagógica do museu*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 11, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 1998.

NASCIMENTO, Rosana. *A Historicidade do objecto museológico*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 3, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1994.

NOUSCHI, MARC. *Em busca da Europa- Construção Europeia e Legitimidade Nacional*, Instituto Piaget, 1996.

PESSOA, Fernando Santos. *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Edições Afrontamentos, 2001.

PIRES, Francisco Lucas. *Europa*. Difusão Cultural – Sociedade Editorial e Livreira, Lda., 1992

PIRES, Luís Madureira. *A Política Regional Europeia e Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1998

PRIMO, Judite. *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1999.

PRIMO, Judite. *Pensar contemporaneamente a museologia*, Cadernos de Sociomuseologia, N.º 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1999.

PRIMO, Judite. *Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do projecto para o Ecomuseu da Murtosa*. Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, Lisboa, 2000.

POC. *Programa Operacional da Cultura. 2000-2006*, União Europeia, 2000.

PROGRAMA OPERACIONAL DA CULTURA, *Relatório de Execução 2002*, 2003.

PROGRAMA OPERACIONAL DA CULTURA, *Relatório de Execução 2003*, 2004.

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO. *Plano de Desenvolvimento Regional, 1994- 1999, 1994.*

RICHONNIER, Michel. *As metamorfoses da Europa de 1769 a 2001.* Publicações Dom Quixote, Lisboa 2ª Edição 1992

RICO, Juan Carlos. *Montage de Exposiciones,* Silex Ediciones, Madrid, 1996.

ROCA, Maria de Nazaré Oliveira. *Desenvolvimento Sustentável do Vale do Lima,* I Congresso Português de Demografia, Estado Actual dos conhecimentos e Perspectivas, Tróia – Grândola, 21 a 23 de Setembro de 2000, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.

ROCHA – TRINDADE, Maria Beatriz. *Iniciação à museologia,* Universidade Aberta, Lisboa, 1993.

ROCHA, Isabel (Coord). *Tratado da União Europeia,* 2ª Edição, Porto Editora, 1996.

SAGUÉS, Maria Del Carmen Valdés. *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público,* Edições Trea, 1999.

SANTOS, A Carlos Dos. *União Europeia, Comunidade Europeia, Espaço Económico Europeu.* Fim do Século Edições Lda., Lisboa 1992

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Documentação museológica, educação e cidadania.,* texto apresentado no 12º Congresso Nacional de Museus – IV Encontro de Museus do Paraná. Curitiba, Brasil, 1991.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didáctico – comunitário,* Cadernos de Sociomuseologia, N.º 7, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Museu: Centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal.*, Texto apresentado no I Simpósio sobre Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 1997.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Reflexões museológicas: caminhos de vida.* Cadernos de Sociomuseologia n.º 18, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2000.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Os museus e a busca de novos horizontes.*, Texto apresentado no III Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas. Salvador, Brasil, 2002.

SANDELL, Richard. *Museums, Society, Inequality.* Edições Routledge, Londres e Nova York, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Preparar Portugal para o século XXI, Análise Económica e Social,* 1993.

SECRETARIADO EUROPA, *Compreender Maastricht O Tratado da União Europeia,* Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias, 1992.

STICHT, Pamela. *Culture européenne ou Europe des cultures? Les enjeux actuels de la politique culturelle en Europe,* L'Harmattan, 2000.

STIGLITZ, Joseph E.. *Globalização – A grande desilusão,* Terramar Editores, 1ª Edição, Lisboa, 2002.

Textes de Muséologie., col. « Cadernos do MINOM n.º 2”, Edições Movimento Internacional para uma nova Museologia – MINOM – Portugal, Lisboa, 1992.

Textos de Museologia. *Jornadas sobre a função social do museu.*, Col. “Cadernos do Minom, n.º 1”, Movimento Internacional para uma nova Museologia – Minom – Portugal, Lisboa, 1991

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992. Retirado do Sítio da INTERNET:
<http://europa.eu.int/eur-lex/pt/treaties/selected/livre108.html>.

VARINE, Hugues de. *O tempo social*, Livraria Eça Editora, Rio de Janeiro, 1987.

VARINE, Hugues de. *L'Initiative communautaire, recherche et expérimentation*, Editions W. M.N.E.S., 1991